



Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
PROFISSIONAIS NO  
ESTADO DE SÃO PAULO

# UNIDADE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
BRASIL

DEZ/24-ABR/25 | Nº 424 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

# ATAQUE AO JORNALISMO

EM ACENO A TRUMP, META ENCERRA PROGRAMA DE CHECAGEM, PERMITINDO DISCURSOS OFENSIVOS EM SUAS REDES SOCIAIS. NOVAS DIRETRIZES FORTALECEM A DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS

## DESTAQUE

**Israel rompe cessar-fogo e genocídio retoma seu curso**

## COJIRA

**Audiência pública discute reparação por participação do Banco do Brasil na escravidão**

## FOTOJORNALISMO

**Homenagem ao olhar sensível da incansável Rahel Patrasso (1985-2025)**

## VIOLÊNCIA

**Ambiente virtual favorece haters e ataques a mulheres jornalistas**



## 50 ANOS SEM VLADO: CRIME SEM PUNIÇÃO

**NA SÉRIE ESPECIAL QUE REMEMORA OS 50 ANOS SEM VLADIMIR HERZOG, REPUBLICAMOS O MANIFESTO "EM NOME DA VERDADE", ASSINADO POR MAIS DE 1.000 JORNALISTAS, QUESTIONANDO A VERSÃO OFICIAL SOBRE A MORTE E PUBLICADO COMO MATERIAL PAGO NO ESTADÃO**

## EDITORIAL

HERZOG, 50 ANOS:

PARA GOLPISTAS  
DO PASSADO E DO  
PRESENTE, JUSTIÇA!

**A**bril é um mês especial para a categoria. No dia 7, comemoramos o Dia do Jornalista. Uma data para reafirmar que, apesar de todas as dificuldades em nossa profissão, ainda estamos aqui! Seguiremos cumprindo nosso dever de promover a livre circulação de informações de interesse público, na defesa da democracia e de uma sociedade verdadeiramente justa. Para isso, lutamos por salários decentes, avanços concretos em conquistas de direitos e a plena dignidade para realizar nosso ofício em ambientes livres de violência, censura e assédios.

No dia 15 será a vez de festejar o aniversário de 88 anos do nosso Sindicato! E temos muitos motivos para nos encher de orgulho, ao construir uma entidade que permanece firme em seu compromisso de defender nossa categoria, a nossa profissão e as lutas da classe trabalhadora. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo pode ter a honra de afirmar que teve papel fundamental na história de nosso país nas últimas décadas. E mantém seu protagonismo no presente, na permanente tarefa de ser uma referência a favor da democracia e dos direitos humanos.

Somos gratos e admiradores do presidente Audálio Dantas e de sua diretoria, responsáveis por marcar definitivamente nosso Sindicato na história de lutas do povo brasileiro ao denunciar o assassinato de Vladimir Herzog, morto sob tortura por agentes do Estado brasileiro em 25 de outubro de 1975. Foi no nosso auditório que, dois dias após a morte de Vlado, centenas de pessoas se reuniram em assembleia para organizar uma resistência coletiva que culminou no ato realizado na Catedral da Sé no dia 31 de outubro daquele ano, reunindo milhares de pessoas que demonstravam seu repúdio à ditadura militar. O auditório receberia o nome de Vladimir Herzog, sendo um espaço dedicado não apenas a reunir jornalistas, mas sediar atividades em defesa dos direitos humanos e da democracia.

O marco de 50 anos na luta por Justiça ao assassinato de Vladimir Herzog e às centenas de vítimas da ditadura militar no Brasil — responsável por sequestrar, torturar e assassinar outros colegas jornalistas, como relembra o Relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas, publicado por nosso Sindicato em 2017 — contará com uma série de atividades ao longo de 2025, em uma parceria conjunta com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), demais sindicatos de jornalistas no Brasil e organizações do campo jornalístico e de direitos humanos, como o Instituto Vladimir Herzog.

Desde a última edição do Unidade iniciamos a publicação de materiais históricos que relembram o papel de nossa categoria na luta contra a ditadura militar após o assassinato de Herzog. A série especial segue nesta edição com a republicação do manifesto Em Nome da Verdade, lançado em janeiro de 1976 no Unidade e veiculado como material pago no Estado

de S. Paulo. O texto que exige a apuração do crime cometido nas dependências do DOI-Codi de São Paulo contou com o abaixo-assinado de mais de 1 mil jornalistas.

Os pedidos por Justiça permanecem sem resposta após quase 50 anos. Os responsáveis pela tortura e assassinato de Herzog seguem impunes, assim como os outros agentes de Estado que cometeram crimes durante os 21 anos da ditadura militar.

Devemos, entretanto, celebrar pequenas vitórias: no dia 18 de março, o governo brasileiro reconheceu Herzog como anistiado político, assegurando reparação econômica vitalícia para Clarice Herzog, viúva do jornalista, que havia conquistado esse direito por meio de uma liminar expedida pela 2ª Vara Federal Cível do Distrito Federal.

Em um momento em que há tanto debate sobre “anistia”, é necessário que esse termo não se esvazie de seu real significado. Ao considerar Vladimir Herzog como anistiado político, o governo brasileiro reconhece que o jornalista foi perseguido, torturado e assassinado pelo Estado por motivações políticas. Um significado bastante distinto dos pedidos por perdão a quem, em uma democracia, protagoniza tentativas explícitas de realizar um golpe.

Por sinal, aqueles que tanto pedem “anistia” a quem tentou cessar o regime democrático de maneira violenta no presente são os mesmos que atacam de maneira covarde profissionais de imprensa: no dia 24 de março, emitimos nota conjunta com a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) em solidariedade às jornalistas Gabriela Biló e Thaís Oliveira, da Folha de S. Paulo. Elas foram alvo de ameaças e calúnias por serem as autoras de matéria que registrava o momento em que Débora dos Santos Rodrigues vandalizou a estátua que representa a Justiça na Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023.

Para os autores desses ataques, as jornalistas seriam “responsáveis” pela prisão de Rodrigues, que foi condenada pelo STF e respondeu judicialmente por crimes como tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e associação criminosa. Além de revelar o desconhecimento sobre o livre exercício profissional e a tarefa jornalística de produzir registros de interesse público, os defensores de uma anistia a quem invadiu e depredou as sedes dos poderes em 8 de janeiro são os mesmos que se calam diante de 16 jornalistas agredidos enquanto realizavam a cobertura do ato promovido pela extrema direita. Por Vladimir Herzog e por todas as vítimas da ditadura militar, exigimos Justiça para os golpistas do passado e do presente!

## Candida e Cassiano, presentes!

Em 19 de novembro, fomos surpreendidos com o falecimento do companheiro Cassiano da Silva, jornalista no SBT e que exercia seu primeiro mandato à frente da entidade. Muito querido por seus colegas e amigos, desde o primeiro momento se colocou à disposição para lutar em defesa dos direitos em seu local de trabalho.

No último dia 18 de janeiro, a morte da companheira Candida Vieira foi outro duro baque para a nossa gestão. Com uma história de décadas de lutas no movimento sindical brasileiro, foi novamente eleita em 2024, como diretora de Ação Sindical. Tranquila, prestativa, cuidadosa e respeitosa, era muito querida por toda a equipe de funcionários do Sindicato e de seus companheiros e companheiras de direção. Pela Candida e pelo Cassiano, seguimos em frente, honrando suas vidas e suas lutas!

*Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO  
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO  
ESTADO DE SÃO PAULO

## EXPEDIENTE

Diretor responsável Eduardo Viné Boldt Jornalista Juliana Almeida Edição de arte Fábio Bosquê Revisão Márcio Garoni Capa Danilo Scarpa

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Thiago Cianga Tanji; Secretário-geral: José Eduardo de Souza; Finanças e Administração: Alexandre Cevalhos Linares; Comunicação e Cultura: Eduardo Viné Boldt; Formação Sindical e Profissional: Pedro Esteves da Rocha Pomar; Jurídica e de Assistência: Larissa Gould de Assis; Mobilização: Joanne Santos Mota; Regionais: Solange Maria Ferreira Santana; Registro Profissional: Adriana Ferezim dos Santos; Sindicalização: Maria Cecília Figueiredo.

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL: Alan Felisberto Rodrigues; Altivo Cassiano da Silva, Carlos Henrique Picarelli Marcolino, Cláudia Campelo Tavares, Luiza Romero de Moraes, Sérgio Kalili, Ricardo dos Santos Gozzi Pedro, Sérgio Luiz Pais de Oliveira, Gírrana Rodrigues Teixeira, Camila Cruvinel Boehm, Márcio Ribeiro Garoni, Candida Maria Rodrigues Vieira, Lílian Mary Parise, Patrícia Zaidan.

CONSELHO FISCAL: Fabio Santana Soares, Norian Segatto, Rodrigo Pegrinini Ratier, Pedro Zavitoski Malavolta, Solange Aparecida Melendez.

REGIONAL ABCD: Diretora Regional: Vilma Amaro. Diretores de Base: Carlos Eduardo Bazilevski Aragão, Peter Suzano Silva, Viviane Barbosa Marques.

REGIONAL ALTO TIETÊ E VALE DO PARAÍBA: Diretora Regional: Patrícia Campos Leal. Diretores de Base: Alexandre de Jesus Trindade, Glauber Alexandre da Silva Ramos.

REGIONAL BAURUR: Diretora Regional: Camila Fernandes. Diretores de Base: Edson Quintiliano Junior, Luis Victorelli, Ricardo Epifânio de Santana, Tânia Cristina Brandão de Brito.

REGIONAL CAMPINAS: Diretora Regional: Márcia Regina Quintanilha. Diretores de Base: Antônio Henrique Assis Brazão de Souza, Reginaldo Euzébio da Cruz, Valério Freire Paiva.

REGIONAL CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO: Diretor Regional: Rafael Benaque do Nascimento. Diretores de Base: Adriana Cristina Alves do Amaral, Ana Maria Minadeo de Moura, Angelo Matilha Cherubini, Edson Antônio Ferraz, Evany Conceição Franceschi Sessa, Roberto Parizotti, Clélia Cardim.

REGIONAL PIRACICABA: Diretor Regional: Gustavo Franco Annunziato. Diretores de Base: Erick Vallin Vicente, Sabrina Rodrigues Bologna.

REGIONAL RIBEIRÃO PRETO: Diretor Regional: Walter Strozzi Filho. Diretores de Base: Raphael Cruz Pena, Denise Casatti, Lucas de Almeida Massei, Luis Ribeiro de Paula Júnior.

REGIONAL SANTOS: Diretor Regional: Sandro Thadeu Francisco de Maria. Diretores de Base: Carlos Norberto de Carvalho Lisboa Souza, Ernandes Caires de Sousa, Flaviana Serafim Vieira, Gustavo Teixeira de Miranda, Marina Menezes de Cavalcante, Suelly Torres de Andrade.

REGIONAL SOROCABA: Diretora Regional: Érica de Aragão Peixoto. Diretores de Base: Edmundo Aparecido de Moraes, Romeu de Oliveira Venâncio, Rodrigo da Silva Ramos Gerpe.

COMISSÃO DE ÉTICA: Mônica Rolim Zarattini, Joel Scala, Franklin Larrubia Valverde, Flávio Carrança, Fábio Cesar Venturini.

Contato: comissaodeetica@sjspp.org.br

sjspp.org.br

unidade@sjspp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

@JornalistasSP



DESTAQUE

ÍMPETO GENOCIDA DE ISRAEL E A ALUCINADA “RIVIERA” DE TRUMP

por Pedro Pomar



Palestinos carregam o corpo do jornalista Hossam Shabat, morto em um ataque de Israel, no norte da Faixa de Gaza, em 24 de março

**P**arece infindável a tragédia que se abateu sobre o povo palestino. Submetido à mais longa ocupação da história moderna, desde a criação de Israel em 1948 e a decorrente *Nakba*; sacrificado em holocausto na Faixa de Gaza, por covardes, devastadores bombardeios que resultaram, entre 7 de outubro de 2023 e 19 de janeiro de 2025, em mais de 48 mil vítimas fatais e 111 mil pessoas feridas; e em plena vigência do acordo de cessar-fogo mediado por Qatar, Egito e EUA, obrigado a enfrentar novamente a fome e outros sofrimentos.

Como forma de pressionar a Resistência palestina, desde 2 de março último Israel havia voltado a bloquear a entrada de alimentos, remédios e equipamentos médicos na Faixa de Gaza, e cortado a eletricidade. “Isto não é um cessar-fogo, é uma desaceleração da violência militar. É a continuação da matança pela fome”, definiu Michael Fakhri, relator especial da ONU para Direito à Alimentação. “Isso é genocídio, é crime contra a humanidade”.

Contudo, nada disso foi suficiente para satisfazer o ímpeto assassino e genocida de Israel e de seus dirigentes sionistas de extrema-direita, a começar pelo criminoso de guerra Benjamin Netanyahu — alvo de mandado internacional de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional — que desde o início buscou sabotar o acordo de cessar-fogo firmado com o Hamas.

Na fatídica madrugada de 18 de março, Israel rompeu o cessar-fogo e desencadeou demolidores ataques a Gaza, que mataram mais de 400 pessoas, incluindo mulheres e crianças. Nas semanas anteriores, as forças armadas israelenses já vinham executando dezenas de palestinos em ataques pontuais.

O governo Trump foi informado com antecedência das ações de Israel e declarou que os EUA as apoiavam totalmente. Dizendo de outra forma, o neofascista

Trump deu aval ao rompimento do acordo de cessar-fogo que os próprios EUA mediaram. O número de vítimas fatais palestinas agora já supera 50 mil.

Enquanto o cessar-fogo vigorou e ocorriam trocas de prisioneiros entre Israel e a Resistência palestina, o governo Netanyahu dava continuidade à “limpeza étnica” na Cisjordânia (onde já matou 850 civis desde outubro de 2023), expulsando moradores de suas terras e removendo à força de campos de refugiados cerca de 40 mil palestinos, avisados de que “não devem voltar”.

O genocídio e a prática sistemática de crimes de guerra cometidos por Israel contra palestinos, libaneses e outros povos só são possíveis, na apavorante escala que assumiram, graças à total cumplicidade dos EUA e dos principais países da União Europeia. O governo Trump aprovou novo pacote de ajuda militar a Israel, no valor de bilhões de dólares. Além disso, atacou o Iêmen, como forma de retaliação às ações militares dos houthis contra navios israelenses no Mar Vermelho, e ameaçava bombardear o Irã.

A convivência de países europeus com o regime sionista e colonialista de Tel Aviv está vinculada a interesses geopolíticos e econômicos. A Alemanha, por exemplo, é o segundo maior vendedor de armamentos para Israel, logo atrás dos EUA. Assim, a polícia de Berlim faz questão de reprimir as frequentes manifestações de solidariedade aos palestinos com uma ferocidade digna dos nazistas.

De qualquer modo, sucedem-se diariamente, na Europa e em diversas regiões do mundo, inclusive em Israel, inúmeras marchas e manifestações em defesa da Palestina, em favor do cessar-fogo e do fim do genocídio. Até mesmo na pequena Tromsø, cidade norueguesa situada no Círculo Polar Ártico, manifestantes saíram às ruas em fevereiro, sob nevasca e frio glacial, para protestar contra Israel.



NA MADRUGADA DE 18 DE MARÇO ISRAEL ROMPEU O CESSAR-FOGO E VOLTOU A BOMBARDEAR GAZA, MATANDO CENTENAS DE PALESTINOS. DESDE OUTUBRO DE 2023, MAIS DE 160 JORNALISTAS FORAM ASSASSINADOS

O grupo “Vozes Judaicas pela Paz” ocupou a Trump Tower, em Nova Iorque, para exigir a libertação imediata de Mahmoud Khalil, ativista palestino que se destacou durante os protestos estudantis realizados em 2024. Trump mandou o departamento de imigração (ICE) prender Khalil, portador de *green card*, recém-formado pela Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia, com a intenção de deportá-lo. Preso em Nova Iorque na presença da esposa, cidadã norte-americana grávida de oito meses, Khalil foi despachado secretamente para um centro de detenção na Louisiana. Um juiz federal barrou momentaneamente sua deportação.

Além de apoiar a expansão colonial israelense na Cisjordânia, Trump insiste em levar adiante seu próprio plano, megalomaniaco e perverso, de limpeza étnica de Gaza, com a finalidade de transformá-la

numa suposta “Riviera do Oriente Médio”.

Para tanto, os cerca de 2 milhões de habitantes de Gaza seriam impelidos a sair de lá. Mas os países árabes “convidados” por Trump a receber e assentar essa população recusaram a oferta, levando o presidente neofascista a procurar outros “interessados”. Assim, EUA e Israel entraram em contato com autoridades da Somália, Somalilândia e Sudão, países do leste da África, “para discutir o uso de seus territórios para reassentar moradores de Gaza”.

Tais desdobramentos quase surreais do drama palestino, frente à opressão exercida por Israel com respaldo dos EUA, demonstram a que ponto de absoluta desumanização é capaz de chegar o capitalismo, mais ainda na fase neoliberal e neofascista.

Como agravante, no dia 24 de março noticiou-se a morte de Walid Khaled Abdullah Ahmed, cidadão brasileiro-palestino de 17 anos, morador da Cisjordânia, sequestrado pelo Exército de Israel em setembro de 2024 e desde então encarcerado na prisão militar de Megiddo. As circunstâncias de sua morte sob custódia ainda não foram esclarecidas. O governo brasileiro protestou timidamente.

Vale lembrar ainda que entre 7 de outubro de 2023 e 24 de março de 2025 a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) documentou o assassinato por Israel de pelo menos 154 jornalistas e trabalhadores de mídia palestinos, de nove jornalistas libaneses e de uma jornalista síria. A título de comparação, nesse período perderam a vida quatro jornalistas israelenses, presumivelmente mortos pelo Hamas em 7 de outubro.

Não há neutralidade possível frente ao genocídio e às covardes agressões sofridas pelo povo palestino. “Palestina livre, do rio ao mar!”. Viva a Resistência palestina! Basta de genocídio, de opressão e de hipocrisia da mídia hegemônica. ●

CONHEÇA OS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

**PROPORCIONAL**  
 para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)  
**1% DO SALÁRIO** com TETOS de **R\$ 70** para o Interior, Litoral e Grande SP **R\$ 90** para a Capital

**FIXA**  
 para jornalistas sem vínculo:  
**R\$ 50** Interior, Litoral e Grande SP **R\$ 70** Capital  
**SOLIDÁRIA**  
 Quantia voluntária com valor suplementar

**SINDICALIZE-SE**  
 ☎ <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>  
**MAIS INFORMAÇÕES:**  
 ☎ [atendimento@sjsp.org.br](mailto:atendimento@sjsp.org.br) ou (11) 94539-9699



## CAPA



© DANILO SCARPA

# META AMPLIA RESTRIÇÕES AO JORNALISMO

ENTENDA O IMPACTO DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA DA META NO JORNALISMO E NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

por Larissa Gould

**E**m janeiro deste ano o mundo democrático ficou chocado com o anúncio de Mark Zuckerberg de que a Meta – conglomerado dono do *Facebook*, *Instagram*, *Thread* e *WhatsApp* – acabaria com a checagem de desinformação em suas plataformas. A alteração ocorre em um momento em que a Meta se alinha cada vez mais à agenda da extrema-direita norte-americana, representada pelo governo Trump. As novas diretrizes incluem o fim do sistema de checagem de fatos e um afrouxamento das regras contra discursos considerados ofensivos. No lugar da checagem profissional, a Meta implementou um sistema de “notas da comunidade”, onde os próprios usuários classificam a veracidade de informações. Essa mudança já demonstrou problemas na plataforma X (antigo *Twitter*), favorecendo a disseminação de boatos e narrativas políticas enviesadas.

A guinada à extrema-direita da Meta também teve como consequência o fim do programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI). A vice-presidente de Recursos Humanos da empresa, Janelle Gale, justificou o fim do programa argumentando que a expressão “se tornou carregada” e que novos direcionamentos seriam adotados diante da mudança no “panorama jurídico e político” dos Estados Unidos.

As novas diretrizes liberam expressões que antes eram moderadas, permitindo, por exemplo, “alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual” no contexto de discursos políticos ou religiosos. A empresa também flexibilizou o uso de linguagem insultuosa em debates sobre temas como direitos LGBTQIA+, imigração e religião.

De acordo com especialistas, as mudanças fomentam a desinformação e ataques contra grupos minorizados. O anúncio de novas diretrizes da empresa de Mark Zuckerberg levanta alertas sobre discurso de ódio, desinformação e ameaças à democracia.

Entidades de direitos humanos e especialistas alertam para o impacto dessas mudanças, que podem legitimar discursos preconceituosos e enfraquecer a proteção de grupos vulneráveis. Em nota conjunta, a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) classificaram a decisão da Meta como “um retrocesso histórico”, destacando que tais medidas “reforçam estigmas e colocam vidas em risco”.

Diante das mudanças, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou a decisão como “extremamente grave” e afirmou que a Meta terá de se enquadrar às leis brasileiras. Também foi criado um grupo de trabalho para monitorar os impactos dessas medidas e acelerar as discussões sobre a regulação das plataformas digitais. O projeto de lei 2630, que visa criar regras para combater a desinformação nas redes, segue travado na Câmara dos Deputados.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, também se manifestou sobre o tema, reforçando que “as redes sociais não são terras sem lei”. Segundo Moraes, a Meta não pode atuar no Brasil de forma descontrolada e será obrigada a respeitar a legislação nacional.

## As mudanças na política da Meta

A retirada de iniciativas como o *Facebook News* e a restrição do alcance de conteúdos jornalísticos também são um avanço da estratégia da *big tech* de desengajamento com a imprensa. “As ações da Meta contra o jornalismo não começam agora. Desde 2023, a empresa vem limitando o acesso a notícias em suas plataformas”, afirma Bia Barbosa, coordenadora de incidência no escritório da Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina.

De acordo com a especialista, a empresa tem alterado seus algoritmos para reduzir a distribuição de conteúdo jornalístico. Esse processo pode afetar especialmente meios de comunicação que dependem das redes sociais para alcançar seu público. “Hoje, muitas iniciativas de jornalismo independente, comunitário e periférico são totalmente dependentes das redes sociais para a distribuição de seus conteúdos. Quando a Meta toma uma decisão de invisibilizar o jornalismo, essas iniciativas são as mais afetadas”, explica.

Além das mudanças na distribuição, a Meta também encerrou programas de parceria com agências de checagem de fatos, o que pode favorecer a disseminação de desinformação. “O cancelamento desses programas representa um impacto significativo, pois essas iniciativas atuavam na verificação de informações enganosas. Sem elas, abre-se um espaço ainda maior para a proliferação de fake news”, critica Barbosa.

Segundo Ergon Cugler de Moraes Silva, pesquisador especializado em desinformação e políticas públicas, essas mudanças impactam diretamente a circulação de informações confiáveis. “Os algoritmos favorecem conteúdos que geram fortes reações emocionais, como medo e indignação, reduzindo o alcance orgânico de notícias verificadas e aprofundadas. Isso cria um ecossistema informativo mais fragmentado, onde desinformação e sensacionalismo ganham mais espaço.”

Para Helena Martins, professora do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará (UFC), as mudanças ainda precisam ser analisadas com mais profundidade, mas já demonstram indícios preocupantes. “Desde 2021 nos Estados Unidos e 2022 no mundo, a Meta havia reduzido a recomendação de conteúdo político para tentar conter a polarização e a desinformação. Agora, o algoritmo volta a priorizar esse tipo de conteúdo, o que parece favorecer uma estratégia de campanha permanente da extrema direita”, explica a professora.

## Desafios para o jornalismo profissional

Outro impacto significativo é no modelo de financiamento da imprensa digital. Como a publicidade online depende do número de acessos, a perda de visibilidade pode comprometer a sustentação financeira de vários veículos. “Se a sua página perde tráfego porque uma plataforma decide restringir a distribuição do conteúdo, você perde tanto leitores quanto receita publicitária. Isso coloca em risco a existência de muitas iniciativas jornalísticas”, alerta Barbosa.

Bia também ressalta que, apesar de as redes sociais terem inicialmente ampliado o acesso a conteúdo informativo, seu poder na distribuição de notícias cresceu a ponto de prejudicar a diversidade do debate público. “No início, as plataformas ajudaram a aumentar a circulação da informação no ambiente digital. Hoje, porém, sua capacidade de definir o que circula e o que é invisibilizado representa um risco real para a pluralidade da comunicação no Brasil”, pontua.

A centralização do poder das plataformas digitais também representa uma barreira significativa para a democratização da comunicação. Embora *Facebook* e *Instagram* pareçam dar espaço para uma diversidade de produtores de conteúdo, essa diversidade é apenas aparente. “As plataformas atuam como mediadoras do acesso aos receptores e verdadeiras árbitras do que aparece ou não nas redes, através de mecanismos de recomendação ou supressão de conteúdo”, destaca Martins. Além disso, criam relações de dependência ao cobrarem taxas sobre movimentações financeiras de criadores

de conteúdo, reforçando seu monopólio.

Os jornalistas e veículos de mídia enfrentam desafios crescentes ao dependerem dessas plataformas para a distribuição de seus conteúdos. Entre os principais entraves estão a falta de transparência sobre a circulação dos conteúdos, a moderação arbitrária sem espaço para contestação e a adoção crescente de um modelo baseado no pagamento por impulsionamento de postagens. “Hoje, para que um jornalista alcance um público maior, ele precisa pagar por visibilidade. Mas como muitos fazem isso, a concorrência se intensifica, tornando o alcance cada vez mais restrito”, analisa Martins.

Com a perda de audiência orgânica, os veículos precisam investir mais em anúncios pagos para garantir alcance, o que drena recursos do setor jornalístico e os transfere para as *big techs*. Além disso, a redução do alcance de notícias confiáveis abre espaço para a proliferação de desinformação, afetando o direito à informação e a democracia.

Cugler destaca que esse fenômeno é ainda mais grave em regiões onde a mídia local já enfrenta dificuldades financeiras. “A concentração do poder informacional nas mãos das plataformas digitais favorece grandes conglomerados de mídia e prejudica a pluralidade informativa, tornando a comunicação menos democrática.”

O enfraquecimento do alcance orgânico das notícias em redes sociais tem consequências diretas para o direito à informação. “Muitos cidadãos, especialmente aqueles que não assinam veículos pagos, ficam à mercê de fontes menos verificáveis”, afirma Cugler. Outro ponto que têm impactado diretamente os meios de comunicação é a priorização de conteúdo de entretenimento pelas plataformas digitais.

Essa realidade impacta não apenas a audiência, mas também a qualidade da comunicação em sociedades democráticas. Sem um jornalismo forte e acessível, há um risco real de que informações distorcidas dominem o debate público.

## Algoritmos e polarização

As plataformas digitais utilizam algoritmos que favorecem conteúdos com alto engajamento, o que muitas vezes amplifica narrativas polarizadoras. Em contextos políticos acirrados, grupos organizados se aproveitam desse funcionamento para disseminar desinformação e teorias da conspiração. “Esses algoritmos criam bolhas informativas e câmaras de eco, reforçando visões de mundo preexistentes e aumentando a polarização afetiva”, alerta Cugler.

Ele também ressalta que essa dinâmica não ocorre por acaso: “Não se trata apenas de ‘o que as pessoas querem ver’, mas sim do modelo de negócios dessas empresas, que lucram com a atenção do usuário a qualquer custo, independentemente da qualidade da informação consumida.”

**A ALTERAÇÃO DO ALGORÍTIMO FEZ COM QUE O CONTEÚDO JORNALÍSTICO TIVESSE SUA ENTREGA REDUZIDA, IMPACTANDO MEIOS E VEÍCULOS QUE DEPENDEM DA REDE PARA SUA CIRCULAÇÃO**





## CAPA

Diante desse cenário, a busca por regulações eficazes e um compromisso coletivo com a qualidade da informação são essenciais para garantir um futuro mais transparente e democrático na comunicação digital e para a proteção tanto aos direitos dos usuários quanto à diversidade informativa. “Uma regulação que promova o conteúdo de confiança, valorize padrões éticos e garanta a transparência na produção jornalística pode ser fundamental para a preservação da democracia”, conclui Bia.

Para enfrentar esses desafios, Cugler defende a implementação de medidas regulatórias e políticas públicas eficazes:

❶ **Transparência algorítmica:** Tornar obrigatório que as plataformas disponibilizem dados sobre o funcionamento de seus algoritmos e seus impactos na circulação de informação.

❷ **Regulação da moderação de conteúdo:** Criar mecanismos para evitar abusos por parte das plataformas e coibir estratégias de manipulação informacional.

❸ **Taxação das big techs:** Inspirando-se no modelo australiano, onde as plataformas devem negociar pagamentos com veículos jornalísticos, garantir recursos para o financiamento do jornalismo independente.

❹ **Educação midiática:** Fomentar iniciativas que tornem a população mais crítica em relação às informações que consome.

### Futuro incerto

As decisões recentes da Meta demonstram uma inflexão na postura da empresa, que passa a adotar uma moderação de conteúdo mais alinhada à extrema-direita. Enquanto governos e organizações da sociedade civil buscam formas de conter os impactos dessas mudanças, especialistas alertam que o ambiente digital pode se tornar ainda mais hostil, desinformado e polarizado.

A regulação das plataformas digitais segue como um dos grandes desafios para a democracia no século 21. Com a pressão crescente de diferentes setores da sociedade, resta saber se as *big techs* aceitarão ajustes em suas políticas ou seguirão seu caminho de autorregulação, independentemente das consequências para os usuários e a ordem democrática global. Para enfrentar esses desafios e promover um ambiente de comunicação mais democrático, a regulação das *big techs* torna-se essencial. “As plataformas acumularam um poder político e econômico maior que o de muitos Estados, aproveitando-se de um ambiente desregulado. Para reverter isso, é necessário criar mecanismos que garantam maior diversidade e equidade no merca-



© DANILO SCARPA

do”, defende Martins. Entre as medidas regulatórias sugeridas estão a redução do poder de mercado das plataformas, a proibição da combinação de dados entre serviços diferentes e o estímulo à interoperabilidade dos sistemas, permitindo maior liberdade de escolha para os usuários.

### Fenaj defende taxaço de grandes plataformas para financiar jornalismo profissional

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) propõe a criação de um fundo público de fomento ao jornalismo profissional, financiado pela taxaço das grandes plataformas digitais. A iniciativa, lançada em 2020, visa conter os impactos negativos que essas empresas exercem sobre o setor da comunicação, garantindo a sustentabilidade econômica dos meios de informação e a qualidade do jornalismo brasileiro.

Segundo a Fenaj, grandes corporações tecnológicas, como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft – conhecidas pela sigla GAFAM –, controlam o fluxo de informação no Brasil sem serem consideradas empresas de comunicação. Essas gigantes captam a audiência dos conteúdos jornalísticos sem remunerar devidamente os produtores e drenam as verbas publicitárias do setor, agravando a crise dos veículos de mídia tradicionais.

Paulo Zocchi, vice-presidente da Fenaj, critica a atuação das plataformas: “As plataformas são multinacionais norte-americanas que atuam nos países sem regulação e de maneira predatória para o jornalismo. Elas são parasitas porque faturam em cima da circulação das notícias jornalísticas, mas não pagam ou pagam muito pouco por isso”.

De acordo com a entidade, esse modelo de negócio levou à queda na circulação paga de jornais e revistas, ao fechamen-

to de redações e à demissão em massa de jornalistas. O resultado é a perda de qualidade da produção jornalística e a redução da pluralidade da informação.

### A proposta da Fenaj

Para enfrentar essa realidade, a Fenaj defende a taxaço das grandes plataformas e a criação de um Fundo de Apoio e Fomento ao Jornalismo e aos Jornalistas. A medida, alinhada com uma proposta da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), busca garantir a sustentabilidade do setor por meio de um tributo sobre o faturamento dessas empresas, revertendo os recursos para veículos de comunicação e profissionais da área.

“A FIJ, olhando o cenário global, percebeu que essas plataformas impactam o jornalismo mundialmente. Por isso, lançou a ideia da taxaço das plataformas para fomentar o jornalismo em cada país”, explica Zocchi.

A proposta da Fenaj prevê que os recursos arrecadados sejam direcionados a meios de comunicação do setor público, privado e independente, priorizando aqueles que não pertencem a conglomerados multinacionais. Entre os critérios para a distribuição dos recursos estão a valorização dos jornalistas por meio da garantia de vínculo empregatício, respeito a convenções coletivas, pisos salariais e medidas contra demissões imotivadas.

A Federação também defende medidas para democratizar os meios de comunicação, incluindo o combate a monopólios, o incentivo à produção jornalística regional e o fortalecimento de veículos locais em regiões sem cobertura jornalística.

### O debate no Congresso

A entidade propõe que a tributação seja feita por meio da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), via projeto de lei a ser articulado no Congresso Nacional. A medida visa corrigir a desigualdade tributária existente, visto que essas plataformas geram receitas bilionárias no Brasil e são pouco taxadas.

“A Fenaj montou um grupo de trabalho e consultou especialistas para formatar essa proposta de taxaço. No caso da legislação brasileira, a melhor forma encontrada foi a Cide, que não é um imposto, mas uma contribuição voltada a corrigir desequilíbrios econômicos”, detalha Zocchi.

Segundo ele, a ideia é estabelecer uma alíquota de 6% sobre o faturamento bruto das plataformas, criando um fundo gerido por um conselho curador composto por representantes da sociedade civil e entidades sindicais. “Esse fundo deve fomentar o jornalismo, combater a concentração da mídia no Sudeste e reduzir os desertos de notícias, além de ampliar oportunidades de trabalho para jornalistas”, reforça o vice-presidente da Fenaj.

**AS REDES SOCIAIS  
PRIORIZAM CONTEÚDOS  
COM ALTO ENGAJAMENTO.  
O MODELO DE NEGÓCIO  
DAS REDES SOCIAIS BUSCA  
O LUCRO ATRAVÉS DA  
ATENÇÃO, INDEPENDENTE  
DA QUALIDADE DA  
INFORMAÇÃO VEICULADA**



© SERGIO GALDINO/ALESP

O professor Dr. Dennis de Oliveira no VI Seminário Quilombação, na Alesp

# O SENTIDO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

por Dennis de Oliveira<sup>1</sup>

**M**ark Zuckerberg, CEO da empresa Meta, que controla as plataformas de rede social Facebook e Instagram anunciou o fim das moderações e checagens feitas por analistas das informações postadas nas redes sociais da empresa. A partir de janeiro deste ano, os conteúdos postados no Facebook e Instagram não estarão mais sujeitos a avaliação e checagem de analistas da empresa e sim submetidos a um sistema chamado de “notas à comunidade”, semelhante ao usado na plataforma X, de Elon Musk. Este sistema deixa a moderação a cargo dos próprios usuários da rede. Na plataforma X, o sistema funciona da seguinte forma: usuários se inscrevem voluntariamente para redigir notas a respeito de determinado conteúdo, e depois outros usuários avaliam se estas notas são pertinentes ou não - de acordo com o número de avaliações positivas recebidas, a nota é incluída abaixo do conteúdo postado.

Tal decisão do comando da empresa Meta ocorreu às vésperas da posse do presidente Donald Trump que, entre outras coisas, vem enfatizando a defesa de uma concepção de liberdade de expressão sem qualquer restrição ou regulação. Alinhado ao mesmo discurso da extrema direita, Zuckerberg criticou posições de judiciários principalmente do continente latino-americano que tentam responsabilizar as plataformas de rede por conteúdos disseminados. Há aqui uma evidente convergência política com a extrema-direita mundial que já conta com outro expoente da plataforma digital, Elon Musk.

Este episódio é importante para sinalizar aspectos contemporâneos da sociedade capitalista. Jordi Dean chama o atual momento de “capitalismo comunicativo”<sup>2</sup> pois os fluxos de informação adquirem um valor estratégico nas dinâmicas

de produção (por exemplo, o *just-in-time* só é possível com a existência de um fluxo eficiente de informação entre as várias pontas do circuito produção-distribuição-consumo) e é evidente que esta lógica da organização produtiva se irradia como referência ideológica que conforma as subjetividades. Todas as características da sociedade contemporânea que demandam vários estudos sobre problemas como hipervelocidade, ansiedade, angústias, “sociedade do cansaço”<sup>3</sup>, entre outras decorrem da conformação social como necessidade de adequação a uma lógica produtiva.

## Consequências de ordem sociopolítica

Do ponto de vista político, chama a atenção a característica desta mudança - da moderação feita por uma equipe de checagem para uma classificação ou contraponto a partir da “quantidade de usuários” que avaliam positiva ou negativamente uma postagem. Trata-se de uma subsunção das questões éticas à preferência dos usuários, uma nítida demonstração do critério da audiência como métrica avaliativa.<sup>4</sup>

Observa-se aqui claramente uma prática que sinaliza o que Horkheimer chama da passagem de uma razão subjetiva para uma razão instrumental.

Por razão subjetiva, Horkheimer define uma racionalidade baseada na capacidade do ser humano pensar e refletir de forma autônoma em busca dos significados da existência e da justiça social. Tal razão extrapola a utilidade prática e sinaliza para uma postura crítica, ou nos dizeres de Agnes Heller<sup>5</sup>, de suspensão do cotidiano e de sua pragmática. Já a razão instrumental é a própria justificativa dos meios em função das suas finalidades. O objetivo é a eficiência, o controle e a busca de resultados práticos. No caso

aqui - e isto é uma lógica da indústria cultural na qual se enquadra toda a indústria midiática - o objetivo principal é fazer gerar a máquina de reprodução de riquezas por meio do circuito produtivo midiático-informacional.

Entretanto, há que se considerar algumas nuances singulares da economia política das plataformas digitais.

O que move o circuito de geração de renda desta cadeia das plataformas digitais é o que se chama de “economia da atenção”. Em uma sociedade de “inflação de informações”, a dispersão é a tônica e por isto a conquista da atenção do sujeito torna-se um insumo valioso. Daí que polemizar passou a ser a principal estratégia para se conquistar a atenção em uma sociedade da dispersão e, assim, gerar valor. *Fake-news*, negacionismos, atitudes que contrariem valores éticos e morais estabelecidos socialmente impactam fortemente e são estratégias de se buscar a tão almejada “atenção”.

Tais atitudes que alimentam o circuito de reprodução do capital nesta economia das plataformas digitais esgarçam totalmente a pactuação sociopolítica da democracia liberal. Desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789; passando pelos clássicos documentos de pactuação liberal como a Constituição dos Estados Unidos e até a Declaração dos Direitos Humanos

de 1948 que estabelece um novo pacto social a nível global após a derrota do nazifascismo na II Guerra Mundial, as lógicas da economia de mercado capitalista convive - ainda que com tensões constantes - com esta esfera de direitos e regramentos coletivos.

O que se observa no capitalismo comunicativo de que fala Jodi Dean é um acirramento da contradição das formas de acumulação e reprodução de riquezas com qualquer ordenamento político democrático mínimo, o que coloca em xeque o clássico papel do jornalismo como “cão de guarda” da cidadania, como atividade do “esclarecimento” (no sentido iluminista). A existência dos códigos de cidadania e de contratação como modelo de sociabilidade era uma forma necessária em um capitalismo em que as relações de trabalho eram organizadas de forma contratual. Se os contratos estabeleciam um padrão comportamental muitas vezes criticado por desconsiderarem especificidades e particularidades, a sua total inexistência pode aparentar um fim de um ordenamento autoritário mas na prática impõe uma “lei da selva” onde quem é mais forte não encontra nenhum contrapeso ou limite para suas ações. É o que podemos chamar de uma “ação direta do Capital” onde o poder econômico atua sem qualquer mediação ou contrapeso.

Neste sentido, a apropriação do conceito de “liberdade de expressão” que sustenta estas decisões de empresas de plataformas digitais é uma forma de desregulação mercantil da produção do “insumo-atenção” necessário no circuito econômico das plataformas digitais. É o ultra-liberalismo chegando na “Economia da Atenção” que tem como resultado o fomento de redes de ódio, de preconceito de todo tipo e disseminação de *fake news* e negacionismos. É um retorno farsesco aos sofismas em que o que vale é a capacidade de convencer e não a veracidade ou os valores éticos intrínsecos ao que se expressa.

Por isto, a decisão da Meta é extremamente preocupante porque expressa uma distopia social na qual todos os valores intrínsecos à democracia, direitos humanos e, por tabela, ao sentido do jornalismo caem por terra. E o pior, apropriando-se de forma oportunista o conceito de liberdade de expressão.

<sup>1</sup> Professor titular do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Autor do livro “Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica” (Dandara, 2021) e “Iniciação aos estudos de jornalismo” (Abya Yala, 2024). E-mail: dennisol@usp.br

<sup>2</sup> DEAN, Jordi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. in: Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia. n.61 (2021). Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46542> (acesso janeiro/2025)

<sup>3</sup> HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015

<sup>4</sup> HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. S. Paulo: Unesp, 2016

<sup>5</sup> HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008



## VLADIMIR HERZOG

© AMANCIO CHIODI



**Bar Pássaro Preto. Pausa para fumar o recém-lançado More, o cigarro do Kojak. Da esq. p/ dir: Nelson Blecher, Narciso Kalili, Suzana Regazzini, Sérgio Fujiwara, Hamilton Almeida Filho, Dácio Nitrini, Ivo Patarra e João Otávio Malheiros.**

# NO FIO DA NAVALHA

(PARTE 2)

**PUBLICAMOS A SEGUNDA PARTE DA REPORTAGEM SOBRE OS JORNALISTAS QUE FIZERAM A ÚNICA MATÉRIA EXTENSA SOBRE A MORTE DE VLADIMIR HERZOG, EM 1975**

por Sergio Kalili

A decisão da equipe do *EX-* de fazer uma reportagem de fôlego sobre o assassinato de Vladimir Herzog pela ditadura foi e não foi fácil. A fotógrafa Elvira Alegre, na época com 18 anos, mulher de Hamilton Almeida Filho, o HAF, um dos editores do jornal, nunca se esqueceu do medo que sentiu nem da maneira que soube da morte do colega. Para ela, assim como para boa parte da imprensa de São Paulo, aquele 25 de outubro de 1975 marcou para sempre.

“Lembro que tocou o telefone na madrugada. Quem atendeu foi o Myltainho [Mylton Severiano, editor do *EX-*]. Virou aquele alvoroço. Ficaram todos tensos. Já tinham outros presos. Quem seria o próximo? Nem fomos para o *EX-*. Continuamos em casa.”

A casa que Elvira menciona era uma extensão da redação do jornal, à rua São Gall, nº 110, na Vila Romana, zona oeste de São Paulo. Na residência de Paulo Patarra, outro editor do *EX-*, cabia muita gente. Além dos agregados, viviam o filho mais velho de Patarra, Ivo; Elvira e HAF; Mylton Severiano; e, entre os hóspedes frequentes, que colaboravam com a publicação, o jovem José Trajano, o escritor João Antônio e Octávio Ribeiro (o Pena Branca).

Trajano escreveu o que era viver naquela casa, com aquela turma, num especial sobre o *EX-*, produzido com apoio do Instituto Vladimir Herzog: “Era *EX-* de dia, de noite, de madrugada. E, nos fins de semana, saíamos para vender o *EX-* e ficar com algum, porque não pintava grana”.

Dácio Nitrini, repórter da publicação, se recorda: “Com a morte do Vlado, a imprensa ficou abalada. Todo mundo com medo. Seu pai [Narciso Kalili] e o Hamiltinho [HAF] resolveram fazer uma grande reportagem. Houve uma grande reunião de pauta. Todos nós saímos a campo para levantar informação.”

Gabriel Romeiro, que quase uma década mais tarde se tornaria presidente do nosso sindicato, participou. “A matéria sobre a morte do Vlado é uma obra-prima. Um monte de gente que fez. Um pouco da ideia nossa do que é jornalismo. Narciso coordenou essa. Era o líder. Fui um dos chamados para participar de uma *copidescação* final”, lembrou.

## Urgência jornalística

A notícia de que o *EX-* preparava uma matéria de fôlego rodou as redações. Apesar do medo, colegas de vários cantos começaram a se oferecer para ajudar, buscar informações, detalhes, fazer entrevistas, ficar de butuca em torno de algum personagem.

Myltainho Severiano deu um pouco da dimensão do terror em que viviam: “Arrebentei meus dentes com bruxismo. Dormia



apavorado, tenso, com medo de que a polícia chegasse. Passava o camburão, a famosa C-14, que era o veículo fornecido pela GM para a repressão. Uma época, também trabalhei no *Jornal da Tarde* e do meu lado tinha outro que se foi, o Luiz Merlino. Trabalhei com ele. A gente não sabia se ia chegar no fim do dia.”

Elvira conta: “Todo mundo estava com muito medo. Tinham matado o Fiel Filho dias antes e enterraram rapidão. Queriam enterrar logo o Vlado. O lance é que ele não foi enterrado escondido, na calada da noite.”

“Em quanto tempo vocês fizeram essa reportagem?”, pergunto a Myltainho. “Ah, foi em uma semana. Esperamos só a missa de sétimo dia, ecumênica, na sexta, na Sé. Ele havia morrido no sábado anterior.”

Narciso, Hamiltinho e Myltainho pegaram o material levantado pelo pessoal e foram escrever na casa de Patarra, durante a noite. Passaram vinte horas incessantes. O revezamento era assim: enquanto um descansava, sempre ficavam dois acordados, datilografando, citando, relendo...

Tinham pressa, o pavor era também de serem impedidos de publicar. Elvira sentia o clima: “A gente escutava os barulhos daqueles opalas, das veraneios passando na rua, como se tivessem cercando a casa. Não sei se sabiam o que a gente estava fazendo, mas sabiam que a gente morava lá. Eles [Narciso, Hamilton e Mylton] tinham a sensação de que alguém seria o próximo. Todo mundo se conhecia, todo mundo tinha trabalhado junto. Estavam todos com medo.”

Depois de pronta, Myltainho pegou uma máquina e, com alguém ditando, passou tudo a limpo. Não só a matéria, mas a edição do *EX-16*. Dos três, ele era o único que datilografava com os dez dedos. “Datilografei o número inteirinho numa máquina elétrica que tinha aquelas bolas que você trocava. Tinham umas três, quatro bolas: tinha serifado, sem serifa, itálico. Serginho Fugiwara [um dos diagramadores] conseguiu a máquina com um parente. Era muito usada por secretárias porque saía bem bonitinho.”

Com a edição do Vlado nas mãos, ele lembra como compunham as manchetes. “Vinham as folhas de papel vegetal, com as letreset coladinhas. Você tirava, assim, e ia montando os títulos. Este título, provavelmente, é letreset.

Publicar ou não?

Com a informação de que o pessoal preparava uma grande reportagem, difundiu-se o pavor da represália de que a ditadura pudesse endurecer. Uma comissão de jornalistas capitaneada por Ricardo Kotscho, composta por Wilson Moherdau, Sérgio Buarque de Gusmão, sua mulher Adélia Borges e outros, deixou o Sindicato dos Jornalistas rumo à redação do *EX-*, à rua Santo Antônio, 1.043, no Bixiga.

Durante um bom tempo, trava-se um debate. Buscam convencê-los a não publicar. “Precisam pensar na segurança de vocês também.” A turma acreditava no contrário. Era preciso denunciar para, se é que fosse possível, constranger parte dos militares, forçar um recuo. Não podiam demonstrar “fraqueza, covardia”.

Uma das jogadas da repressão, que assustou muito a categoria e compeliu a formação da comissão que tentou segurar a matéria do *EX-*, foi soltar companheiros que estavam presos no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão da repressão), quando Vlado morreu, para acompanhar o enterro.

Esse momento foi registrado na reportagem do *EX-*: “Os fotógrafos e cinegrafistas desconhecidos não perdem nenhum detalhe no Cemitério Israelita de Vila Borges, um subúrbio do Butantã, que acordou logo cedo na segunda-feira com o barulho de sirenes, de C-14 inspecionando a área, deixando agentes em pontos estratégicos. O clima do enterro foi por demais denso. Desde o velório, porém, o clímax do nervosismo que percorreu todos os presentes foi a chegada sucessiva de 4 dos jornalistas que estavam presos desde antes de Vladimir – dois deles citados na nota oficial do II Exército como acareados com Vlado, horas

“MAS A GENTE NÃO PODIA FUGIR DA NOSSA NATUREZA. EU IA MORRER DE VERGONHA SE NÃO PUBLICASSE AQUILO. EU NÃO IA ME RECUPERAR, JAMAIS.”

Mylton Severiano sobre o medo e o desafio de publicar a única reportagem da morte de Vlado.



antes de sua morte. A notícia da chegada do primeiro deles, Paulo Sérgio Markun, ainda no hospital, despertou em todos os presentes a curiosidade sobre o que teria acontecido nas 8 horas que Vladimir Herzog passou dentro das dependências do DOI.

Durante o enterro, George Duque Estrada e Anthony Christo ficaram numa elevação ao sol, encostados num túmulo. Rodolfo Konder e Paulo Sérgio Markun estavam separados. A preocupação em vê-los, examiná-los, ou ouvir algum pedaço de conversa, era geral. Mas os 4 apenas choravam, e a única informação que deram foi: tornariam a se apresentar no DOI às 8 horas da manhã seguinte. A liberação deles tinha sido excepcional, apenas para acompanhar o enterro do amigo, assim como dias antes o próprio Paulo Sérgio havia sido liberado para assistir ao batizado da filha.”

Trinta anos depois, outro amigo, o jornalista João Batista de Andrade, exibiu um documentário com os depoimentos de Rodolfo Konder e Jorge Duque Estrada. Era aquilo que muitos queriam saber, mas não puderam perguntar.

Rodolfo Konder: “Como a sala onde ele estava era ao lado, logo começamos a ouvir os gritos dele. Aí ele começou a levar porrada. [...] ...depois [...] gritos típicos de quem está levando choques... [...] ...botaram alguma coisa na boca, provavelmente um pano, mas ele continuava gritando... [...] ...saiu alguém da sala onde ele estava sendo torturado, e ligou o rádio no corredor. [...] Aí os gritos demoraram algum tempo, depois tudo parou de novo.”

Jorge Duque Estrada: “Então os pássaros cantavam, mas um silêncio mortal dentro do DOI-CODI. Quer dizer, eles tocavam campainha, batiam porta... de repente, passaram a fazer um silêncio reverencial.”

Dácio testemunhou o embate entre a comissão e a redação do *EX-* sobre a reportagem de Herzog. “De repente, recebemos esses representantes da categoria com medo de que fariamos uma grande provocação, de que seríamos responsáveis pelo que de ruim acontecesse com os que ainda estavam presos, que a gente seria perseguido. Teu pai [Narciso Kalili] seguia firme.”

Severiano escutou o seguinte argumento: “Falavam que ia se desencadear a Operação Jacarta. Jacarta é a capital da Indonésia. Os americanos também promoveram um golpe lá. Mataram meio milhão, por volta de 1965. Mas a gente não podia fugir da nossa natureza. Eu ia morrer de vergonha se não publicasse aquilo. Eu não ia me recuperar, jamais.”

Os massacres na Indonésia, entre 1965 e 1966, inspiraram um programa de assassinatos, apoiado por membros da linha dura do regime, no Brasil, como o general Ednardo D’Ávila Mello, comandante do 2º Exército, de 1974 a 1976. Entre as mortes atribuídas à Operação Jacarta, está a de Vladimir Herzog.

Chegou um momento em que Narciso bateu na mesa, e disse aos membros da comissão em nome de todos: “Agradecemos pelo cuidado de vocês, inclusive com a gente, mas vamos publicar. Podem se retirar.”

“Metade do grupo convenceu-se, e uns cinco, seis até ficaram pra ajudar no fechamento”, lembra Nitrini.

“A matéria do *EX-* deu grande visibilidade ao assassinato do Vlado. Se não fosse isso, seria outra morte escondida nos porões”, conclui Elvira. “Quase toda a imprensa falava de suicídio e publicava aquela foto montada. Talvez o *Estadão* tenha dito algo. Mas a única publicação que deu a verdade completa foi o *EX-*.”

Empresas cúmplices

A Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo pesquisou a história de 25 profissionais de imprensa assassinados no período. Dezoito jamais foram encontrados. O primeiro texto do relatório da comissão, logo após a apresentação, começa assim: “Poucas categorias profissionais são perseguidas pelos regimes ditatoriais em razão de sua atividade como o jornalista.” E segue: “Em muitos jornais, rádios e revistas, os próprios patrões agiam como agentes do sistema. O caso mais famoso é do Grupo Folha, que



## VLADIMIR HERZOG

cedeu pessoal e carros para a Operação Bandeirante utilizar na busca e captura de opositores do regime. [...] Pesa ainda contra o grupo o fato de ter demitido três jornalistas por ‘abandono de emprego’ no período em que estavam presos pela repressão: Rose Nogueira, Sérgio Gomes e Vilma Amaro.”

Como os editores de *EX-* explicam, a matéria da morte de Vlado foi assinada de maneira velada, para escapar da repressão. Um dos trechos escritos por Kalili trata justamente da *Folha da Tarde*, do Grupo Folha, relembra HAF. “Ele tinha ódio da *Folha da Tarde*. O [Octávio] Frias o entregou à polícia, literalmente. O jornal era feito por delegados, armados, gente do DOPS, gente que estava na Oban, dedos-duros. Isso parecia pessoal pra ele [Narciso], entendeu? ‘...Ah, esses filhos da puta botaram polícia... porra, minha profissão! Não é para usurparem desse jeito.’ A Cultura tinha gente assim. Gente que tinha sido posta a serviço das forças policiais.”

Octávio Frias de Oliveira entrega a *Folha da Tarde* à ditadura, em 1969, pouco depois do AI-5, o ato institucional que aprofundou a repressão. Até então, a publicação era uma das poucas que buscavam resistir à ditadura, com a presença de Jorge Miranda Jordão na direção e, entre os repórteres, Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Beto. Jordão foi demitido e preso. Frias o acusou de abrir o jornal à ALN, Aliança Libertadora Nacional, de Marighela.

No lugar, entram na *Folha* Antônio Aggio Junior, funcionário da Secretaria de Segurança Pública, que passa a dirigir a redação, e os delegados Carlos Antônio Guimarães Sequeira, agente do Deops, e Antônio Bim. Outros da tropa eram os investigadores Carlos Dias Torres e Horley Antonio Destro, além de um major da PM paulista, Edson Corrêa, que circulava pela redação com uma pistola automática à mostra.

Escreveu o *EX-*, na matéria sobre o Vlado:

“O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo comunica ainda que o sepultamento do jornalista Vladimir Herzog será realizado segunda-feira, às 10 horas e 30 minutos, saindo do velório do Hospital Albert Einstein, no Morumbi, para o Cemitério Israelita, no km 15 da Rodovia Raposo Tavares. E conclama os jornalistas de todas as redações de jornais, revistas, rádio e televisão, sem exceção, a que compareçam para prestar a última homenagem ao companheiro desaparecido. A DIRETORIA (apenas 2 jornais de São Paulo não publicaram esta nota: o *Diário Popular* e a *Folha da Tarde*).

Na redação desse último jornal, do Grupo Frias, um homem chamado Torres foi visto por jornalistas, que ele chefia, a se erguer sobre uma mesa para gritar que a morte de Herzog tinha sido justa e que esse seria o fim de todos os que pensavam como ele. No ar desse final de domingo surgiram outros sinais: os telefones do jornal *O Estado de S. Paulo* e do Sindicato dos Jornalistas começaram a apresentar um estranho chiado. Quase ao mesmo tempo os jornalistas começaram a identificar carros particulares, chapa fria, que rondavam as imediações do Sindicato e algumas redações.”

## Um jornal sob pressão

Publicada a reportagem, agências de publicidade sob pressão cortaram os raros anúncios no *EX-*. Uma delas alegou ameaças telefônicas. Leitores cancelaram assinaturas. Um pai de família enviou documento registrado em cartório, anulando o pedido de assinatura feito pela filha estudante. Outro exigiu de Armino Machado, responsável pela administração, a ficha de assinatura da filha, também estudante, e incinerou até não sobrar nada.

A ideia era que fosse um tabloide mensal, mas nem sempre deu. O jornal teve quatro fases. Na primeira, que durou até o *EX-* 4, apesar de ser sempre um trabalho em grupo, de toda a turma, Sérgio de Souza e Narciso dividiam a liderança, com a prevalência de Serjão.

O nº 1, feito na casa de Sérgio, publicado em novembro de 1973, chega cutucando fundo o regime, com linguagem “no fio da navalha”, no limiar do escancaro: um Hitler blasé numa praia

“A MATÉRIA DO EX- DEU GRANDE VISIBILIDADE AO ASSASSINATO DO VLADO. SE NÃO FOSSE ISSO, SERIA OUTRA MORTE ESCONDIDA NOS PORÕES”, AFIRMA ELVIRA.



dos trópicos, cheia de palmeiras e coqueiros, completamente à vontade, tomando banho de sol.

Myltainho sai contando: “O que era aquilo? Hitler deleitando-se em Copacabana. Maneira sutil e bem humorada de dizer tudo sem dizer.”

O *EX-* 2 não deixou por menos: refestelado, seminu, em pose de *pin-up*, sobre uma echarpe de pele, fumando um charuto e exibindo um sorriso *colgate*, Henri Kissinger, secretário de Estado americano, apoiador de ditaduras, como a brasileira, envolvido nos golpes do Chile e da Argentina, nos conflitos do Vietnã e Camboja, no genocídio em Bangladesh, responsável por milhões de mortes na Ásia e América Latina, durante a Guerra Fria.

Mas foi o terceiro que, além de trazer a Polícia Federal, contribuiu para afastar uns dos outros da turma, alguns por mais tempo. A capa era mais uma montagem “na unha”, com papel, tesoura, cola e spray *color jet* de Hamilton Souza, um dos irmãos de Serjão. Não existia Photoshop. Dessa vez, o jornal trazia Richard Nixon, com barba por fazer, “bem bandido”, gorrinho e uniforme de presidiário, em uma referência ao Caso *Water-gate* (que levou ao impeachment do chefe da Casa Branca). O problema é que a edição vai para a banca a dois meses da posse, em 15 de março de 1974, do general-presidente Ernesto Geisel. E participaria da cerimônia a mulher do líder norte-americano, Pat Nixon.

Lana Nowikow, mulher de Sérgio, lembra em detalhes: “Um dia, depois de entregar as crianças que transportava da escola para casa (com as nossas, eram 13), vi a aterrorizante Chevrolet C-14 cinza na nossa porta. Sérgio saiu acompanhado por três homens. ‘São da Polícia Federal, vou prestar esclarecimentos’. Perguntei se podia ir junto. Sim, podia segui-los. Fui até a PF da rua Piauí. Fiquei por algum tempo na sala de espera, até que me mandaram embora. Foram dois dias angustiantes (quantos não voltavam depois dos tais esclarecimentos).”

“Os militares acharam que a publicação de 8 mil exemplares ofendia o chefe de Estado de nação amiga”, ironiza Nitri.

Sérgio e Narciso foram acusados de infringir o decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, a famigerada Lei de Segurança Nacional:

“Art. 21. Ofender publicamente, por palavras ou escrito, Chefe de Governo de Nação estrangeira:

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.”

Depois de fichados e de uma noite de interrogatórios, saíram. Serjão decide dar um tempo de São Paulo. Fica oito meses mal. Começa a tomar medicação para agorafobia. Aceita um convite de José Hamilton Ribeiro para comandar um jornal em Ribeirão Preto, no interior paulista, e não volta mais para o *EX-*.

“Fiz os primeiros [*EX-*]. A polícia me chamou. Pensei: não quero mais. Estava muito pesado para o meu gosto. E eu tinha um certo envolvimento. Eu e o Narciso pertencíamos a um partido clandestino [a Ação Popular].”

Kalili leva o *EX-*, com ajuda de HAF e Myltainho, do 5 ao 6. É a segunda fase. O jornal para com as montagens sarcásticas e duras contra a repressão. O nº 7 já não tem mais Narciso no expediente. Ele é preso, entre setembro e outubro de 1974, um ano antes da morte de Herzog. A razão do cárcere não passa pelo jornal. Dessa vez, fica mais tempo detido e o perigo é maior. ●

CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO



# O MANIFESTO “EM NOME DA VERDADE”

**DOCUMENTO COM ASSINATURA DE MAIS DE MIL JORNALISTAS QUESTIONANDO VERSÃO OFICIAL SOBRE A MORTE DE VLADIMIR HERZOG FOI PUBLICADO COMO ANÚNCIO N’O ESTADO DE S. PAULO EM FEVEREIRO DE 1976**

por Paulo Zocchi

**O** pesado edifício de mentiras que o regime militar construiu para encobrir o assassinato sob tortura de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, sofreu um forte abalo em 3 de fevereiro de 1976, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, num espaço pago em sua página 15, um texto sobre a rubrica “Seção livre”, com o chapéu “Os Jornalistas e o Caso Herzog”, e o eloquente título *Em Nome da Verdade*.

O texto, assinado por mais de mil jornalistas, contestava a versão oficial de “suicídio” do jornalista e trazia vários questionamentos à Justiça Militar. Abaixo da última assinatura, de Zuenir Carlos Ventura, havia a seguinte explicação: “Esta publicação, com 1.004 assinaturas, foi custeada pelas contribuições de jornalistas de São Paulo, Rio, Brasília, Natal, Porto Alegre, Curitiba”.

Dias antes, o documento havia sido encaminhado à Auditoria Militar de São Paulo pela diretoria do Sindicato, em ofício subscrito nominalmente por Audálio Ferreira Dantas, José Aparecido, Gastão Thomaz de Almeida, Wilson Lourenço Gomes, Fernando Pacheco Jordão, Moisés Oscar Ziskinde e Hamilton Otávio de Souza. No ofício, registra-se que havia no documento 467 assinaturas. No lapso de tempo até a sua divulgação ampla para a opinião pública, somaram-se mais de 500 novas assinaturas.

Pela importância histórica do documento, publicamos nesta edição a reprodução em *fac-símile* das páginas 8 e 9 do jornal *Unidade* nº 6, de janeiro de 1976, que traz a íntegra do manifesto com os nomes que o assinam.

## “Era o mínimo a fazer”

Conversamos com seis dos jornalistas que assinaram o manifesto. Então com 26 anos, Vicente Alessi Filho trabalhava como redator na editoria de Cidades/

Geral da *Folha de S. Paulo*. Num ambiente de muita mobilização, amplificada pela reação coletiva ao assassinato de Vladimir Herzog, o Sindicato havia se tornado um centro de debates e iniciativas. “Soube do abaixo-assinado durante uma reunião realizada no Sindicato. Considerei que assiná-lo era o estágio mínimo do que fazer diante das circunstâncias”, afirmou Alessi.

Vilma Amaro, atual diretora do Sindicato, tinha 28 anos e trabalhava na editoria Internacional do *Jornal da Tarde*. “Chegou na redação a foto do Vlado enforcado. A gente logo duvidou. Era impossível! Ele tinha sido torturado e morto... A redação praticamente parou para discutir a situação, indignada com o que tinha acontecido”, explicou Vilma. “Fizemos uma vaquinha para pagar a publicação, como anúncio, do documento, como meio para pedir justiça. Foi uma forma de a sociedade brasileira tomar conhecimento do que acontecia.” A repressão acompanhava de perto a ação dos jornalistas, como explica Vilma: “Muitos anos depois, quando fui olhar os documentos referentes ao meu nome no Arquivo do Estado, lá estava registrado que eu havia pedido investigação sobre a morte de Vladimir Herzog”.

Com 24 anos, Laerte Coutinho trabalhava como ilustradora na *Gazeta Mercantil*. Diz que não se lembra com exatidão das circunstâncias e de seus sentimentos naquele momento: “Acho que era uma mistura de tudo: medo, ansiedade, vontade de resolver as coisas”.

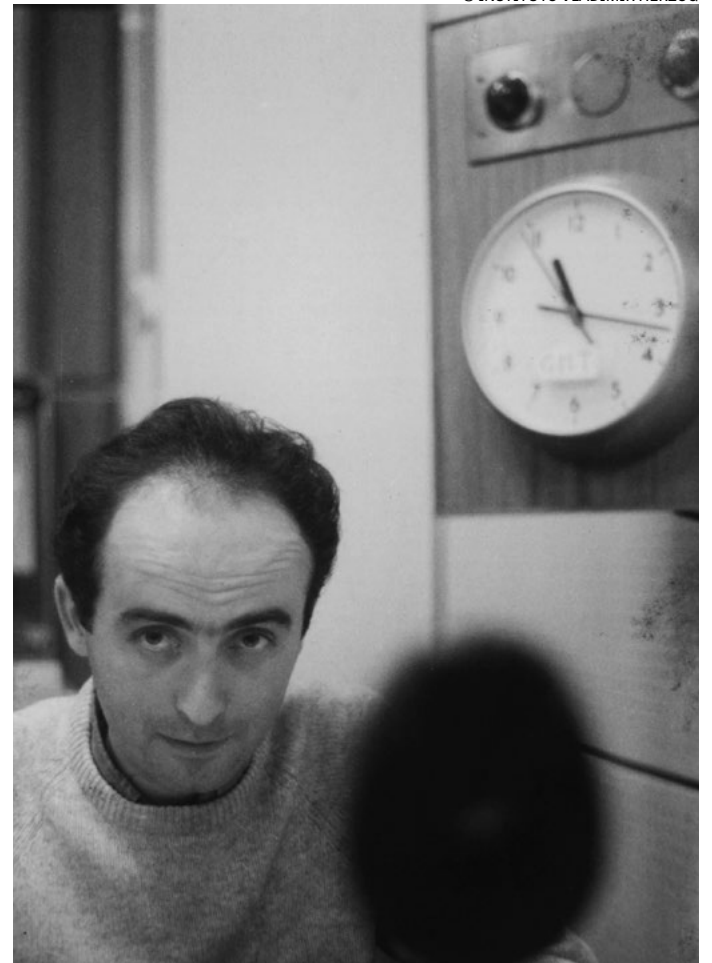
Na época com 25 anos, Juca Kfourti trabalhava na editora Abril, no Dedoc, como arquivista-pesquisador na área de Esportes. “Fiquei sabendo porque vivia dentro do Sindicato. Acompanhei as discussões em torno da carta entre Audálio, Fernando Pacheco Jordão, Perseu Abramo – os mais velhos. Os senti-

mentos eram aquilo: de medo – pelas consequências que a carta poderia ter para aqueles que a assinassem –, e, ao mesmo tempo, de obrigação cidadã, de resistência”, explicou Juca.

Giulia de Vizia era recém-formada no curso de jornalismo na Faap. Ela lembra que, numa atividade acadêmica, havia ido com um grupo de colegas entrevistar, em agosto de 1975, o comandante do 2º Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, e o militar havia conduzido a conversa de forma muito rude e ameaçadora. No início de outubro, seus professores Rodolfo Konder e Duque Estrada haviam sido presos, abrindo uma sequência de episódios que culminaram no assassinato de Vlado. O grupo de estudantes, que concluía o curso, acompanhava tudo de perto e integrou-se à mobilização política da categoria profissional. Assinar o documento acabou sendo uma atitude consequente com o que estavam vivendo.

Uma das jornalistas contatadas para essa matéria preferiu não se manifestar, explicando: “Agradeço o chamado. Mas não tive qq importância (...)”. A resposta: “Certamente teve a importância de ter a coragem de ser um dos mil nomes que sustentaram o documento, o que tem um valor enorme. Sou grato a você por isso.” Essa gratidão é extensiva a todas e todos, pelo impacto do gesto que ajudou a abrir as portas do futuro. ●

**CUSTEADO PELOS PRÓPRIOS JORNALISTAS, O MANIFESTO “EM NOME DA VERDADE” CARREGOU A ASSINATURA DE MAIS DE 1000 PROFISSIONAIS QUE, CORAJOSAMENTE, EMPENHARAM SEUS NOMES PARA DENUNCIAR O ASSASSINATO DO COLEGA VLADIMIR HERZOG**



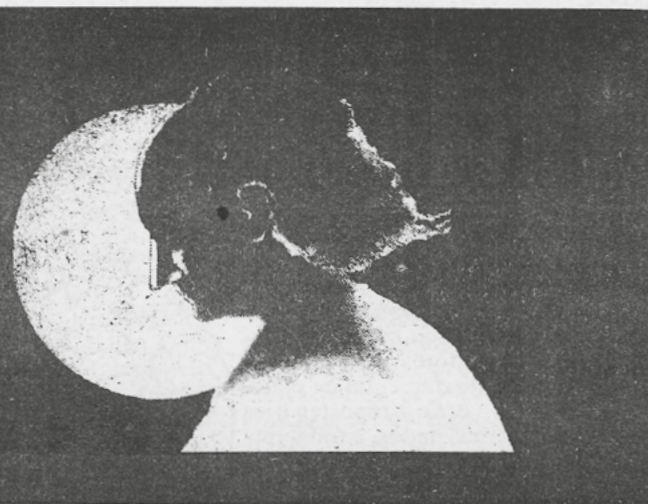
© INSTITUTO VLADIMIR HERZOG

**Fotografia provavelmente tirada no estúdio da Rádio BBC de Londres, entre 1966 e 1968. Acervo Ivo Herzog – Instituto Vladimir Herzog**



## DOCUMENTO-1

## Os jornalistas e as dúvidas sobre a morte de Herzog



*O Sindicato recebeu e encaminhou à Auditoria Militar um documento, datado de 6 de janeiro, em que os jornalistas apontam uma série de fatos ainda não esclarecidos em relação às circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, ocorrida no dia 25 de outubro, nas dependências do DOI, em São Paulo.*

*O abaixo-assinado foi entregue à Justiça com 467 assinaturas e, desde então, recebeu novas adesões em outras capitais e já continha, até o fechamento deste número de UNIDADE 1004 nomes de jornalistas.*

*E o seguinte o texto do documento:*

## EM NOME DA VERDADE

Nós, abaixo-assinados, jornalistas, que acompanhamos todo o caso da morte de nosso companheiro de trabalho Vladimir Herzog — uma tragédia que traumatizou não só a nossa categoria, mas a consciência de toda a Nação — interessados na descoberta da verdade e na total elucidação dos fatos, por força mesmo da natureza de nossa profissão, vimos de público levantar algumas indagações, sugeridas pela leitura do relatório do Inquérito Policial-Militar divulgado no último dia 20 de dezembro.

O relatório contém duas contradições que já foram levantadas publicamente:

A primeira é a estranheza de que o IPM tenha partido de uma portaria do Comando do II Exército que praticamente já indicava sua conclusão, ao determinar sua instauração "para apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio", e não as circunstâncias da morte, como seria de esperar.

Na segunda, apontada no mesmo dia de sua publicação, o Estado de São Paulo desmentiu o depoimento do jornalista Randolpho Lobato, segundo o qual Vladimir Herzog fora demitido do jornal num expurgo que teria ocorrido em 1963, contra esquerdistas da redação. Além do desmentido, o Estado citou a contradição com o depoimento do chefe da 2ª Seção do II Exército, que afirma que Herzog pediu demissão espontaneamente em 1965.

Além desses pontos, pretendemos chamar a atenção para outros que para nós, jornalistas, não ficaram devidamente esclarecidos e que poderão ser objeto de novas diligências, agora no âmbito da Justiça Militar, para onde o IPM foi remetido, como determina o Código do Processo Penal Militar.

Este é o nosso interesse, em nome da salvaguarda dos direitos humanos, da justiça e da busca da verdade, na qual o jornalista, por dever de ofício, tem a obrigação de esgotar todos os recursos possíveis.

Os pontos que ainda consideramos obscuros são estes:

1 — O IPM diz que Vladimir Herzog se enforcou na grade da cela em que fora colocado, "usando para tanto a cinta do macacão que usava." Não há, porém, em todo o inquérito, nenhuma explicação para o fato de o preso estar usando um macacão com cinto. Esta omissão parece contradizer toda a ênfase que várias testemunhas dão à questão da segurança dos detidos: o chefe da 2ª Seção, o Comando do DOI, um investigador e um carcereiro mencionam em

seus depoimentos, além do fornecimento de roupas especiais, rondas e fiscalizações permanentes, como medidas de cautela. Essas medidas são tomadas, como se sabe em qualquer repartição policial, e uma delas é a retirada de qualquer objeto que possa servir de instrumento para um suicídio, inclusive cintos e cordões de sapatos. E pelo que se conhece, do relato de pessoas que já estiveram naquela dependência militar, os macacões fornecidos aos presos não possuem cinto.

2 — Apoiando-se nos laudos periciais do Instituto Médico Legal, o relatório acentua a "inexistência de qualquer vício que possa desacreditá-los". No entanto, existe uma incoerência, ainda inexplicada:

O laudo do exame de corpo de delito, dos legistas Harry Shibata e Aril do T. Vianna, descreve a roupa com que o corpo chegou vestido para a necropsia e esta roupa não é o macacão descrito no laudo de encontro de cadáver (com fotos), dos peritos Motoho Shiota e Silvio Shibata. A roupa com que chegou ao IML, segundo o laudo, é a mesma com que Vladimir Herzog saíra de casa pela manhã, para se apresentar.

Diante disso, perguntamos:

Não se exige que o cadáver seja levado para exame de corpo de delito e exatamente como foi encontrado?

Como se explica que o corpo tenha sido encontrado de macacão e depois tenha chegado ao IML com outra roupa?

Outra questão: por que não foi ouvido no IPM o Capitão Ubirajara, oficial do DOI-CODI, cujo nome aparece nos laudos como requisitante na perícia?

3 — Todas as testemunhas ligadas ao DOI afirmam no IPM que havia ordens expressas para que Vladimir Herzog não pernoitasse na prisão e fosse liberado logo após escrever seu depoimento. O carcereiro diz mesmo, em seu depoimento, que o encontrou enforcado quando foi "à cela com a finalidade de retirar Vladimir Herzog a fim de ser liberado". Perguntamos:

Como poderiam as autoridades saber de antemão como ficou registrado no IPM, "ser de pouca relevância o depoimento daquele jornalista nos fatos investigados"?

Se o depoimento era de pouca relevância, por que houve a tentativa de prendê-lo, na véspera, à noite, primeiro em sua casa, depois em seu local de trabalho, só consentindo a autoridade com sua apresentação no dia seguinte, após interferência da direção da empresa?

Como era possível saber o teor do depoimento de Vladimir Herzog, para se ter certeza de que seria libertado em seguida?

4 — O relatório do IPM destaca também que "o corpo de Vladimir Herzog encontra-se sepultado na quadra 28, túmulo 64, área em que são enterrados os suicidas". Essa afirmação é baseada no depoimento de um membro da Congregação Israelita Paulista.

No entanto, informação diferente foi dada na ocasião da morte de Vladimir Herzog pelo Rabin Henry Sobel que participou do culto ecumênico em memória do jornalista. Numa entrevista publicada no mesmo dia do culto, o Rabin disse que os ritos seguidos no sepultamento tinham sido normais "pois a Chevrah Kadisha não encontrou indícios que comprovassem o suíci-

dio do jornalista, o que implicaria a alteração dos procedimentos, inclusive o sepultamento em local diferente". (O Estado, 31.10.75).

São duas versões conflitantes, de dois membros da mesma religião. Qual a verdadeira?

5 — O relatório do IPM informa que foram ouvidas 21 testemunhas "cujos depoimentos foram tomados sem qualquer constrangimento físico ou moral". Pelo que sabemos, algumas testemunhas foram ouvidas enquanto ainda estavam no DOI, sob a custódia, em última instância, das autoridades cuja atuação no caso da morte de Vladimir Herzog estava sendo investigada. Indagamos: isso não constituiria, para a testemunha, uma forma de constrangimento?

Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo, para que o entregue à Justiça e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.

## O OFÍCIO DO SINDICATO

A Diretoria do Sindicato dos Jornalistas encaminhou o documento ao juiz-auditor da 1ª Auditoria Militar de São Paulo acompanhado de um ofício nestes termos:

"Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência documento encaminhado a este sindicato para ser entregue à Justiça, com as assinaturas de 467 jornalistas, referente ao inquérito policial-militar sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog.

Os jornalistas, ao levantarem as indagações contidas no documento anexo, e seu sindicato, ao trazê-las à consideração de Vossa Excelência, reiteraram desta forma sua preocupação com a necessidade de completo esclarecimento do caso, expressa desde nossa primeira manifestação após o trágico acontecimento.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e os signatários do documento anexo esperam com isso estar cooperando com Vossa Excelência na aplicação da Justiça. Certos da boa acolhida e da atenção que Vossa Excelência dará a este trabalho,

Subscrevemo-nos respeitosamente,

Audálio Ferreira Dantas, José Aparecido, Gastão Thomaz de Almeida, Wilson Lourenço Gomes, Fernando Pacheco Jordão, Moisés Oscar Ziskinde e Hamilton Otávio de Souza".

## OS SIGNATÁRIOS

São os seguintes os 1004 signatários do documento, jornalistas de São Paulo, Rio, Brasília e Porto Alegre:

A P Quartim de Moraes, Adalberto Pena, Adail Borges Fortes da Silva, Adélia Lúcia Borges Gusmão, Adélia Y. Porto da Silva, Adelfo Rodrigues Gonçalves, Ademir Assaoka, Ademir Vargas, Ademir Jackel, Ademir Sririshtri, Adão Maciera, Ademir Fernandes, Adilson José Maria, Adonis de Oliveira, Afonso Ritter, Aglaê Lavoratti Guedes, Aguinaldo Silva, Air-

ton Mário Ribeiro, Aírton Muller Rodrigues, Alberto Carvalho, Alberto Dines, Alberto Etchart, Alberto Luchetti Neto, Alberto Hermann Blum, Albino Castro F. Filho, Alcides Lemos, Alcides Melo e Silva, Alcione T. Silva, Alcir Cândido de Souza, Alda Suzete Souza Valls, Aldo Schmitz, Alexandre Gambirasio, Aldson Pinheiro, Alfeo Ruggi, Alfio Beccari, Alfredo Miguel Mathias, Alfredo Osório, Alfredo da Rocha Carvalho, Alice Kiyoko Taquithi, Alípio Raimundo Viana Freire, Almir Gajardoni, Aluísio Maranhão, Amâncio Chiodi Sobrinho, Américo Letto-Filho, Ana Maria Bacaro, Ana Maria Betas Tahan, Ancelmo Rezendes Gois, Anderson Campos, André Gustavo Stumpf Alves de Souza, André Pereira, Anilde Lima Werneck, Anilson Gantes da Costa, Antonio Aragão, Antonio Arena Filho, Antonio Augusto dos Santos, Antonio B. Mariano, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos de Carvalho, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos Mafalda, Antonio Carlos de Moura Ferreira, Antonio Carlos Pereira, Antonio Carlos Ribeiro, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Marsiarelli,

Antonio Cunha, Antonio Euclides Teixeira, Antonio Estribita de Almeida, Antonio Felix de Monte, Antonio Firmo de Oliveira Gonzalez, Antonio Gouveia Jr., Antonio Hohlfeldt, Antonio Luiz Bernardes, Antonio L. O. Figueiredo, Antonio Machado, Antonio Macluf, Antonio de Oliveira e Silva, Antonio Romane Nogueira,

Antonio S. Goulart, Antonio Tadeu Afonso, Antonio Ventura, Aparecida F. C. Leite, Aparecida Izilda Alves, Aparicio Pires, Antonio Ubaldino Pereira Filho, Ari Toledo Schneider, Arivaldo Bonas, Ariverson Feltrin, Arlete Rejane de Oliveira, Armando Burd, Armando Gonçalves, Armando Sampaio Lacerda, Armando Sobral Rollemberg, Armando Vasconcelos Salem, Armando Antonio Ranzolin, Arlindo P. Piva, Assis Hoffmann, Ateneia Feijó, Augusto Nunes da Silva, Aureliano Biancarelli, Aureo Abilio, Antonio Manoel de Oliveira, Barbara Regina Oliveira, Beatriz Bansen, Beatriz Horta,

Benedito Cavechini, Benedito Roberto Camargo, Benito Giusti, Bernardo Kucinski, Bernardo Lerer, Branca Ferrari, Caio Mário C. Guedes Britto, Camel Rufael, Carlos A. Manente, Carlos Alberto Noronha, Carlos Alberto de Oliveira, Carlos Alberto Pimentel, Carlos Alberto Ghiuro Gouvêa, Carlos Alberto Sademberg,

Carlos Alberto da Silva, Carlos Augusto Monteiro, Carlos Bastos de Castro, Carlos C. Lacerda, Carlos Castello Branco, Carlos Chagas, Carlos Ernani Brichmann, Carlos Fehlberg, Carlos Fernando Karnas, Carlos Heitor Cony, Carlos Henrique Bastos, Carlos Jurandyr Monteiro Cepes, Carlos Octavio Bittencourt Battesti, Carlos de Oliveira, Carlos Pinto, Carlos Roberto Maranhão, Carlos Roberto dos Santos Dornelles, Carlos da Silva Rodrigues, Carly Batista de Aguiar, Carmem Coaracy, Carmen Rita Cagno, Carmen Zilda Ribeiro, Carmo Ribeiro Chagas, Cecilia Thompson Guarnieri, Cecilio Pereira, Célia Maria Marinho Reis, Célia Valente, Celso Antonio Hartmann, Celso Antonio Souza da Rosa, Celso de Campos Pinto, Celso Itiberé F. dos Santos, Celso Marinho Ramalho, Cerilo Camilo Simon, César Silva, César Francisco Alves, Cezar Augusto Freire da Silva, Cicero Sandroni, Christian M. W. Dhoyé, Christina Brentano, Cintia Nahara Leal, Sinta Sasse, Claudia Lindner, Cláudio Roberto Gomes da Conceição, Cleide Landolfi, Clovis Levi da Silva, Clovis Melo Meira, Clovis de Oliveira Malta, Clovis Rossi, Cremilda de A. Medina, Creston Portillo, Cicero A. Vieira, Dacio Nittrini, Daniel D'A. dos Santos, Danilo Miralles, Danilo da Silva Ucha, Dante Mattiussi, Darci Higobassi, Decio Bar, Décio Pedroso, Delmar Marques



**Jornalistas de São Paulo e de outras cidades — 1004, até o momento — assinaram um documento, a partir da leitura do Relatório do IPM, levando à Justiça Militar suas dúvidas e suas indagações.**



Correa, Denise Alves, Denise Felipe dos Santos, Dermeval Júlio de Grammont, Dilcio Covizzi, Djalma Ferreira Filho, Dirceu Martins, Divino Renato Fonseca, Dorrit Harazim, Eda Maria Carbone Romio, Edenilton Araújo, Edgard Elias Alves Rodrigues, Edgar L. Simch Vasques da Silva, Edgar Lisboa, Edgar P. Schmidt, Edson Fernandes Moiano, Edison Pais de H. Filho, Edith de Carvalho Negraes, Edson Higo do Prado, Edson Pinto, Eduardo A. de Oliveira, Eduardo Aguiar de Almeida, Eduardo Brito, Eduardo Martins, Eduardo Ney Meireles, Eduardo Nigel Alves Ferreira, Elenilson José Limberti, Eliana Haberli, Eliana Machado, Eliana Cristina de A. Cantanhede, Elio Egidio Fagundes, Elisabeth Maria Bottini, Elisabete Portugal, Elizabeth de S. Lorenzetti, Elmar Bones, Elói Lacerda Gertel, Elvira Ap. Masiero Alegre, Emanuel Fairbanks, Emmanuel Martins, Emir M. Nogueira, Enezio Veloso Teixeira, Enio J. A. Squeff, Eraldo Bueno, Ercy Pereira Torma, Erica Knapp, Eric Negomeceno, Erico Valduga, Ernani Luiz Lucas, Esnider Nizio, Eugenio Bortolon, Eunice Jacques, Eurení Pereira, Eva Maria de Castro Caparelli, Evilasio B. de Oliveira, Fátima Ali, Fátima Murad, Fernando Antonio Lemos Goulart, Fernando A. P. Sandoval, Ferdinando Teixeira Mendes, Fernando Camargo, Fernando César Mesquita, Fernando Del Corso, Fernando Guimarães, Fernando Martins, Fernando Mitne, Fernando Morgado, Fernando Pereira Guimarães, Fernando Pessoa Ferreira, Fernando Semedo, Fernando Westphalen, Filippo Garozzo, Flávio Aguiar, Flávio Carvalho, Flávio C. Nascimento, Flávio de Aquino, Flávio Dutra, Flávio França, Flávio Moreira Martins, Flávio R. Troyano, Flávio Schubert, Floriano Soares, Floriano Bortoluzzi, Francisco de Assis Teixeira Barbosa, Francisco Augusto, Francisco Barreira, Francisco Daniel Lourenço da Silva, Francisco de Assis Costa Pinto Jr., Francisco José Pinto dos Santos, Francisco José Santa Rita Behr, Francisco Nelson, Francisco Paulo Santana, Francisco Pinheiro, Francisco Pinto Neto, Francisco Ronald Goulart Lopes de Almeida, Fraterno Viera, Frederico Vasconcelos, G. Pedrosa Filho, Gabriel Arcanjo Nogueira, Gellufo Gonçalves, Genilson Cezar de Souza, Geraldo Augusto Pires e Albuquerque, Geraldo Galvão Ferraz, Geraldo Hasse, Geraldo Mayrink, Geraldo Seabra Filho, Getúlio Dutra Bittencourt, Getúlio de Souza Velho, Gerson Lopes Schirmer, Gilberto Penha de Araújo, Gilberto dos Santos, Gilnei Rampazzo, Gilson Menezes, Giulia De Vizia, Glória Nogueira, Guilherme da Cunha, Guilherme Cunha Pinto Filho, Gustavo Praça de Carvalho, Hairton Calixto, Hamilton Almeida Filho, Haroldo Lima, Hedyll Valle Jr., Heitor Casaro, Hélio Ferraz de Araújo, Helival Rios, Helô Machado, Heloneida Studart, Helvio Eduardo Schneider, Hermano Antonio Henning, Henrique Souza Filho, Hermelino Paes de Macedo, Herval da Silva Faria, Hipólito Vieira Pereira, Hiron Goidanich, Homero Paiva, Horácio N. Marana, Iara Rodrigues Martins, Ibsen V. Pinheiro, Idalino Asp. Vêira, Ignácio de Loyola, Ijalmar M. Nogueira, Irene A. Cardoso, Irene Solano Viana, Isabel C. Dias de Aguiar Boggio, Isabel Cristina Franchon, Isabel Monteiro, Isaías de Castro Gama, Isnar Camargo Ruas, Ivan Barros, Ivan Alves, Ivan Angelo, Ivam Lessa, Ivan Migliaccio, Ivan Nakame, Ivo Egon Stigger, Ivo Zanini, Iza Feigerman, J. E. de Faro Freire, Jaguar, Jailton Fonseca, Jaime R. Ruivo, Jair Cunha Filho, Jair de Oliveira, Jairo Arco e Flexa, Jazilda Correia Campos, Jandira Cesar, Jamir de Holanda Ferreira, Janusa Barcelos, Jayme Copstein, Jefferson Del Rios, João Borges de Souza, João Carlos Belmonte, João Carlos Ferreira da Silva, João Carlos Castilho, João Edivaldo Teixeira,

João Marcos Pereira, João Rath, João Russo, João Victor Strauss, Joaquim Marcondes A. Neto, Jorge Alberto Polydoro, Jorge Carlos Prado Magalhães, Jorge Dias Escostegui, Jorge Freitas, Jorge G. Amaral, Jorge Gallina, Jorge Luiz de Souza, Jorge Olavo de Carvalho Leite, Jorge Oliveira da Silva, Jorge Rosa, Jorge Sá de Miranda Neto, Jorge Villas, Josail Gabriel de Sales, José Alvaro do Santo Primo, José Antonio Fernandez Ribeiro, José Antonio Rodrigues, José Augusto Duarte Bezerra, José Carlos Monteiro Santos, José Carlos Bardawil, José Carlos Kfour, José Carlos Marão, José Carlos Moreira Torres, José Carlos Santana, José Castelo, José Durval Braga do Amaral, José E. Gonçalves, José Eduardo Savoia, José Gabriel de La Roque Romeiro, José Gonçalves Elias Neto, José Guaraci Fraga, José Gustavo Magalhães Vasconcelos, José Jaime de Sá, José Márcio Almeida de Mendonça, José Márcio Penido, José Maria de Lima, José Martinez, José Maria Soares, José Mitchell, José Neme, José Onofre K. Jardim, José Roberto de Alencar, José Pessoa de Carvalho, José Roberto Dias Guzzo, José Roberto Garcez, José Roberto Medici de Aquino, José Roberto Nassar, José Rubens A. Souza, José Santana Filho, Joyce La Ronda, Juan Carlos Gomez, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Judith Patarra, Julieta Nunes, Júlio Antonio de Oliveira Moreno, Julio Cesar Magalhães, Júlio Tadeu Carneiro Sortica, Jurandir Soares dos Santos, Jussara Oliveira da Silva, Jussara dos Santos Correa, Justino Martins, Katsuko Matsumoto, Klaus Kleber, Kleber de Almeida, Laercio Marmo, Laercio Silva, Laerte Coutinho, Lais de Castro, Lais Fagundes Oreb, Lanning Eluns, Lauro Dieckmann, Lauro Machado Coelho, Lazaro de Oliveira, Leia Penteado, Leonor Amarante, Leonora Maria Vargas, Leo Schlafman, Leonardo Berleze de Matos Dourado, Lia Gonçalves Ribeiro Dias, Liberato F. S. da Cunha, Lilian Bem David, Lilian Newlands, Lizia Monteiro, Lorena Paim Saraiva, Lourenço Carlos Diaferia, Lourenço Dantas Mota, Lúcia Maria Ferreira Rito, Lúcia Villar Guanaes, Lúcia Miranda Leão, Lucila dos Santos Camargo, Lucidio Castelo Branco, Lucy Dias, Ludembergue T. de Goes, Luiz Alberto Arteche, Luiz Alberto Bittencourt, Luiz Antonio Pereira Franco, Luiz Antonio Ramos, Luiz Augusto Vareia Chabassus, Luiz Carlos Bataglin, Luiz Carlos Gertel, Luiz Carlos Cabral, Luiz Carlos Merten, Luiz Carlos Ramos, Luiz Carlos Ribeiro, Luiz Carlos dos Santos, Luiz Cláudio Cunha, Luiz Cláudio Pinheiro, Luiz Fernando Camara Vitral, Luiz Fernando Lima da Silva, Luiz Fernando Mercadante, Luiz Garcia, Luiz Gonzaga de Almeida, Luiz Gonçalves da Fonseca, Luiz Gonzaga Gonçalves, Luiz Henrique M. Fruct, Luiz L. Fontes, Luiz Roberto de S. Queiróz, Luiz Oscar Matzembacher, Luiz Marcos Barrero, Luiz Martins, Luiz Paulo de Pilla Vales, Luiz Rache Vitelo Filho, Luiz R. Clauset, Luiz R. Teixeira, Luiz Roberto Porto, Luiz Roberto Serrano, Luiz Salgado Ribeiro, Luiz Valério Meinel,

Lygia Nunes, Magda, Sparano, Manuel Francisco de Andrade Cavalcanti, Marcelo de Almeida Bairão, Marcelo Oscar Lopes, Marcelo Soares Monteiro, Márcia Maykot, Marco Antonio Correa de Moraes, Marco Antonio Escobar, Marco A. F. Schuster, Marco Antonio de Lacerda, Marco Antonio S. Maior, Marcos Faerman, Marco Aurélio Camargo, Marcos Domingos Agathão, Marcos Gomes, Marcos Roberto Augusto da Fonseca, Marcos de Loureiro, Marcos de Sá Correa, Marcos Santilli, Marcos Ubiratan Abrão, Maria Alice Fleury Dias, Maria Alice Gurgel do Amaral, Maria Amélia Rocha Lopes, Maria da Graça Dantas Guindani, Maria Angela K. Paiva Castro, Maria Auxiliadora R. G. Serapião, Maria Bernadete Mori,

Maria Cecilia Magalhães Gomes, Maria Eloa da Silveira, Maria Emília G. de Almeida, Maria Cecília Pires de Sá, Maria de Graça Soares Mascarenhas, Maria Ines B. Marquez, Maria Helena Castilho, Maria Helena Dutra, Maria Helena da Silva Passos, Maria Ignez França, Maria Margarida Negro, Maria Monserrat Albareda P. Padilha, Maria Christina R. de Carvalho, Maria Lara Rech, Maria Monteiro, Maria de Lourdes Sá Brito, Maria Regina Paz, Maria Tereza Fernandes, Maria Thereza Martins, Marília de Toledo

Fontoura Bachmann, Marco Aurelio Geiss de Queiróz, Maria Isabel Camargo Regis, Mariko Sonoda, Marina D'Andrea, Marino Maradei Jr., Marilda Varejão, Marina Wodtke, Mário Alberto de Almeida, Mário de Almeida Luna, Mário da Cunha, Mário Marcos de Souza, Mário Pereira, Mário Lúcio Marinho, Mário Quintana, Mário H. Watanabe, Mário Blander de Camargo Castro, Mário Iorio Lopes, Mário Joaquim Escobar de Andrade, Marion Frank, Marisa de Freitas Brito, Marisa de Melo Vieira da Costa, Marisa Seabra Ferreira, Mariza Gibson, Marize de Matini Fetter, Marta Maria Alves da Silva, Marques Leonar Borges da Cunha, Mauricio M. Rosas, Mauricio Azeido, Mary Mezzari, Mauro Carvalho da Silva, Melchides Cunha Jr., Milton Alberto Barreto Randal, Milton Fernandes Wels, Miguel João Jorge Filho, Milton José Blay, Mino Carta, Miriam Paglia Costa, Miriam Gusman, Moacir A. Amanso, Moacyr Bueno de Moraes Jr., Moacyr J. Machado, Moises Rabinovici, Mollica, Moura Reis, Murillo Della Mea, Mylton Severiano da Silva, Nair Keiko Suzuki, Narceu de Almeida Filho, Narciso James Brás, Narciso Kalili, Nelio Barbosa Horta, Nelio Lima, Nelio Cechin, Nelma Quadros, Nelcia Neves do Nascimento, Nelson de Almeida Duarte, Nelson Antonio Pires Merlin,

Nelson Blecher, Nelson Cunha, Nelson Gonçalves, Nelson Maenaka, Nelson Silva, Nereu Costa Lima, Nery Fogliatto, Nestor C. de Magalhães, Neusa Galei Fiori, Neusa Rocha, Neusa S. Pinheiro Coelho, Neusa Tasca, Ney Fonseca, Newton Flora, Neuza Lemela, Neuza Santana, Nevio Gomes, Niky Baendereck, Nilceia Nogueira, Nilceia Cleide da Silva, Nilo de Souza Martins, Nilson Damasceno, Nilson Figueiredo Filho, Nilton Galdino da Silva, Nilton Tuna Mateus, Nirlando Antonio Lacerda Beirão, Nubia Silveira, Nilda Gonçalves Antunes, Octávio Flor B arata Costa, Odair Estevam Redondo, Odejaine Holanda, Odon Pereira da Silva, Odon Rodrigues, Olavo Avalone Filho, Olavo de Carvalho, Olga Maria Servulo da Cunha, Olímpio de Carvalho, Olinda Marlei Lopes Teixeira, Olívio S. Lamas, Olga Vasoni, Olívio Tavares de Araújo, Olyr Zavaschi, Omar Luiz de Barros Filho, Orlando de Almeida, Orlando Barreto, Orlando L. Fassano, Orlando Maretti Sobrinho, Osvaldo Martins, Osvaldo A. Ribeiro Filho, Osvaldo de Camargo, Osvaldo Guimarães Amorim, Otacílio R. do Carmo, Otávio de Fonseca, Paulo Antonio Rocha, Paulo de Almeida Lima, Paulo Burt, Paulo Denis Simas Pereira, Paulo F. Gastal, Paulo Jorge Haranaka, Paulo Leite, Paulo Mário Garcia de Macedo, Paulo Mattiussi, Paulo Moura, Paulo Penna, Paulo Pompeu, Paulo Queiróz Andreoli, Paulo R. A. Dias, Paulo Roberto Cardoso Gomes, Paulo Sampaio (Sampaio), Paulo de Tarso Ricordi, Paulo Totti, Paulo Junqueira Braga, Pedro Autran Ribeiro, Pedro Cafardo, Pedro Luiz Flores, Pedro Miquelarena, Pedro Maciel, Pedro de Oliveira, Pedro Del Picchia, Pedro Rogério C. Moreira, Pedro de Salles Redig de Campos, Percival de Souza, Perseu Abramo, Pindaro Camarinha Sobrinho, Pio Pinheiro, Pola Civelli, Pompeu de Souza, Prentice Monclara, Prudente de Moraes Neto, Raimundo de Oliveira Costa, Raimundo Rodrigues Pereira,

Rafael Carone, Randolpho S. de Souza, Raul Clovis Rubenich, Regina Lemos, Regina Echeverria de O Coutinho, Regina Lúcia Pimenta de Castro, Regina Machado Curi, Regina Penteado, Reginaldo Fortuna, Reinaldo Rocha, Renate Bauer, Renato Faleiros, Renato Gianuca, Renato Kern, Renato Lombardo, Renato Russo Martins, Renato Sant'Ana, René M. Sierra, Renée Castelo Branco, Reynaldo Ostrovsky, Ricardo Augusto Setti, Ricardo Castro Bueno, Ricardo Kotscho, Ricardo de Leone, Chaves, Ricardo M. L. Alvares, Reinaldo Robo, Renato de Moraes, Riomar Trindade, Rivaldo Chinem, Robert Appy, Roberto Barros Manera, Roberto Carlesi, Roberto Ferreira, Roberto Francisco Avallone, Roberto Hillas Moura, Roberto Jungmann, Roberto Mazzucco Muniz, Roberto Muller Filho, Roberto Muggiati, Roberto Pereira Ferreira, Roberto Pompeu de Toledo, Robson Murilo Filho, Roberto Marinho de Azevedo Neto, Roberto Pereira de Andrade, Robinson Flores, Rocco Buónfiglio, Rodolpho Gamberini Junior, Rogério Vaz Mendeski, Rolf Kuntz, Romolo Cioffo, Ronaldo Buarque de Hollanda, Roque Luiz Godoy, Rosvita Saveressig, Rubens Glassberg, Rubens Marujo, Rubens Mattos, Rui Cardoso Xavier, Rui Goette da Costa Falcão, Rui P. Barbosa, Ruy Lopes, Ruy Mesquita Filho, Ronaldo Westermann, Rejane Baeta, Sandoval Souza Oliveira, Sandra Maria de Carvalho Alves, Sandra Vasconcelos Chaves, Sandra Wenberg Salgado, Santa Irena Lopes, Saul Galvão de França Junior, Sebastião Luiz da Costa Aguiar, Selma Rita Severo Lins, Sebastião Rubens Gomes Pinto, Sérgio Antonio Correia Vaz da Silva, Sérgio Buarque de Gusmão, Sérgio Caparelli, Sérgio Chacon, Sérgio Luiz Pereira, Sérgio Luz, Sérgio Noronha, Sérgio Quintana, Sérgio Ribeiro Pompeu, Sérgio Arnaud, Sérgio Mota e Silva, Sérgio Roberto Ribeiro, Sérgio dos Santos de Oliveira, Sérgio Sinoti, Sérgio Sister, Sérgio Toniello, Shigueru Nagasawa, Silmar C. Muller, Sérgio Fujiwara, Sérgio Rondino, Sérgio Sade, Sérgio de Souza, Sidnei Basile, Silvia L. Bartolo, Sílvia de Souza Costa, Sílvia Sayão, Sílvia Lancelotti, Sílvia Raimundo, Sílvia Rocha Monteiro, Sílvia Sena, Sival Medina, Sisemar Sebastião Silva, Sonia Beatriz de Barros, Sueli Campopiano, Suzana Regazzini, Sinesio F. de Almeida, Sergio José Beck, Tairo Arrial, Takao Miyagui, Tales Tarcisio Alvarenga, Tania Borges Nogueira, Tania Maria Mendes, Tarso de Castro, Telmo Curcio da Silva, Teodomiro Braga, Thais de Aquino Pereira, Thais B. Oliveira, Thereza Cristina Jorge Tavares de Araújo, Timoteo Santos Lopes, Tito Ubiratan Tajés, Tomas Irineo Pereira, Tibério Vargas Ramos, Tullio Macacchero, Ubirajara Forte, Ulisses José de Souza, Urandir E. Bispo, Valdimir Diniz, Valdir de Oliveira, Valdir Zwetsch, Valfrido Lira, Valtair Rodrigues dos Santos, Valter Galvani, Valter Gonçalves dos Santos, Vanda Frias Pinto, Vanessa Giacometti, Vera Artaxo, Vera Lúcia Rolim Salles, Vicente Alessi Filho, Vicente Dinezi Filho, Vilma Amaro, Vilmo Medeiros, Vilma Gryziski Maciel, Vinicius Seixas, Virson Holderbaum, Vitorina Mercês Gonçalves, Vlada Sanalios, Vitu do Carmo, Wagner Baggio, Wagner Carelli, Waldo Nogueira, Waldoar T. Teixeira, Walmor da Silva Elias, Walni Costa Soares, Wanderlan Costes Gama, Walter Antonio Santoro, Walter Diogo, William Salazar, Wilson Cunha, Wilson Kinvo, Wilson Moherdau, Wilson Palhares, Wilson Ricardo Baroncelli, Wilson Tomé Martins de Castro, Wladimir Netto Ungaretti, Wladimir Soares, Wladyr Nader, Woyle Guimarães, Yves Leon Weslandi, Zuenir Carlos Ventura.

Nesta relação faltam os nomes dos jornalistas de Curitiba e Natal).



## BRASIL

# QUANDO JORNALISTAS MULHERES ENFRENTAM AGRESSÕES E ÓDIO NO AMBIENTE VIRTUAL

No Brasil, a escalada da violência na Internet contra mulheres em geral, e mulheres jornalistas em particular, reflete o crescimento da extrema-direita e dos discursos de ódio, bem como a atuação cada mais vez ostensiva desses grupos nas redes sociais. Esta reportagem relata casos graves de intimidações, ameaças e ofensas sofridas por algumas jornalistas em decorrência de suas atividades profissionais.

A apuração foi realizada por uma equipe de estudantes de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), como parte de um projeto de extensão da disciplina Legislação de Jornalismo, lecionada pelo professor Vitor Blotta, e que contou com a participação do SJSP. Autores e autoras da reportagem: Jean Silva, Joseph Filippo, Paloma Lazzaro, Samuel Cerri, Tatiana Couto e Yasmin Andrade. O texto final é de Pedro Pomar (SJSP)

© FREEPIK.COM



**“E**u vou te matar, sua vagabunda. [...] Eu já tenho seus dados e os dados de toda sua família. Viajarei até sua casa com a arma que estou enviando a foto em anexo, tenho 200 balas, assim fazer a festa no seu cafofo e provavelmente morrer em um belo confronto com a polícia depois de estuprar você e todas as crianças presentes.”

Esse foi o teor de um e-mail anônimo remetido a Vanessa Lippelt, editora do *Congresso em Foco*, em junho de 2022. A mensagem continha informações pessoais da jornalista e de sua família, como CPF, CEP, endereço, além de ameaças de morte, de estupro e a foto de uma arma. As ameaças vieram após a publicação de uma reportagem de Lucas Neiva, que investigava a atividade do fórum virtual “1500chan” por produzir *fake news* com o intuito de beneficiar o então presidente Jair Bolsonaro.

Em agosto, a Polícia Civil do Distrito Federal identificou o responsável pelas ameaças, mas não divulgou seu nome. De acordo com a polícia, o autor era um homem bolsonarista de 23 anos, residente do Paraná, que trabalhava na área de informática e que já tinha histórico criminal por agressão. Ele não foi preso, mas medidas protetivas foram concedidas a Lucas, Vanessa e sua filha.

A medida proíbe que o acusado se aproxime a menos de 800 metros das vítimas e de frequentar o local onde funciona a redação do *Congresso em Foco*. Também não poderá ter contato com os jornalistas, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil por cada desobediência; o valor será revertido para as vítimas.

Nota conjunta do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, do Coletivo Mulheres Jornalistas do DF e da Comissão de Mulheres da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) manifestou total solidariedade a Vanessa Lippelt, além de repudiar as ameaças à profissional, “de teor extremamente violento, misógino e machista”, e de cobrar imediata e rigorosa apuração, exigindo, “das forças de segurança e do veículo, a garantia de proteção e assistência necessárias”.

A ameaça à jornalista é gravíssima, disseram as entidades, “pois se utiliza de um instrumento de terror muito utilizado em nossa sociedade patriarcal e machista, inclusive como arma de guerra, que é a violência sexual como forma de dominação e subjugação das mulheres”. Lembraram ainda que, em 2021, uma mulher jornalista foi agredida a cada três dias. Foram 119 ataques, sendo 38% dos casos classificados como



violência de gênero, que inclui ataques à moral e à reputação das jornalistas.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) monitora os ataques à imprensa, por meio da pesquisa anual “Violência de gênero contra jornalistas”. O projeto identifica, registra e classifica casos de violência explícita de gênero — quando sexualidade, identidade de gênero e elementos relacionados são usados para ferir e ofender — e assume que esses ataques têm machismo e misoginia sistêmicos como pano de fundo.

De 2022 a novembro de 2023, foram registrados 71 ataques, dos quais 40,8% são ataques de gênero. Destes, a imensa maioria: 86,2%, são ataques à reputação e à moral, usando a aparência, a sexualidade ou traços sexistas de personalidade para agredir. Além disso, 16,1% são discursos de autoridades e figuras proeminentes e 38,7% são campanhas sistemáticas de ataque, mais comuns na Internet.

O projeto dedica especial atenção às agressões ocorridas no meio digital. Os ataques cibernéticos envolvem desde o hackeamento até ameaça de morte ou estupro e o chamado *doxing* — divulgação de dados pessoais. Ao analisar esses casos, o projeto também registra, dentro do possível, informações sobre as plataformas que serviram de palco para os episódios de violência.

Na sua avassaladora maioria — 91,5% — as vítimas são mulheres, das quais 79,3% são brancas e 11% negras. A principal forma de agressão são ameaças, intimidações e ciberameaças.

Esses dados revelam as dificuldades das mulheres no exercício do jornalismo e a necessidade de maiores recursos jurídicos e estratégias de proteção, especialmente em um contexto crescente de discursos de ódio e desinformação nas redes; investidas de governantes contra a credibilidade jornalística; e misoginia estrutural da sociedade. Agora conheça mais algumas histórias de profissionais que passaram por isso.

### FABIANA PULCINELLI

Em novembro de 2023, durante um julgamento da seção criminal do Tribunal de Justiça de Goiás, o desembargador Adriano Roberto Linhares Camargo defendeu o fim da Polícia Militar (PM) por conta de seus “abusos e excessos seguidos e recorrentes”. O magistrado foi duramente criticado pela PM e pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), o qual pediu seu *impeachment*.

A repórter Fabiana Pulcinelli, do jornal goiano *O Popular*, acompanhou a situação publicando reportagens sobre o caso. Mesmo sem emitir qualquer opinião, ela foi atacada nas redes sociais por veicular as falas do desembargador, ou seja: por exercer sua profissão enquanto jornalista. Entre os perfis que a atacavam com xingamentos e intimidações, constavam lideranças da PM, cujo dever é supostamente defender os cidadãos. “Obrigação de jornalista é trazer o máximo de informações, contextualizar as situações e ouvir todos os envolvidos. Foi o que eu fiz no caso do desembargador”, manifestou Fabiana nas redes sociais.

Este cenário revela um preocupante padrão em que autoridades e agentes públicos, ao invés de respeitarem o papel fundamental da imprensa, optam por intimidar vozes femininas que ousam noticiar fatos incômodos. Essa perseguição não apenas desrespeita o trabalho jornalístico, mas também configura uma ameaça à liberdade de expressão e ao direito à informação, fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

### DANDARA BARRETO

Dandara Barreto, jornalista e radialista da Rádio TransBrasil Feira, na Bahia, ainda estava de férias quando se deram os ataques a instituições federais em 8 de janeiro de 2023. Mesmo assim, publicou uma manchete sobre a suposta participação de um funcionário público naquela tentativa de golpe de Estado.

© ARQUIVO PESSOAL



Mariana Kotscho denuncia misoginia

Em suas redes sociais, por mais de um mês, o funcionário convocava seus seguidores a participarem dos atos e acampamentos na frente de quartéis-generais em apoio ao então presidente Bolsonaro. Ele chegou a publicar um vídeo alegando estar em Brasília durante a invasão do Palácio do Planalto, o que não era verdade. Depois, abriu uma queixa-crime por calúnia contra Dandara e exigiu a remoção da matéria de suas redes sociais.

A jornalista passou a receber mensagens cobrando-a que removesse sua reportagem, mas recusou-se a fazer isso. A situação mudaria quando um anônimo, por meio de um número restrito ou oculto, lhe enviou uma foto de visualização única com um texto dizendo que ela “fala demais” e seria “silenciada” em um latrocínio forjado.

A jornalista estava grávida neste período, mas veio a perder o bebê por complicações de saúde. Para além do medo diário de sofrer um atentado, o luto dessa perda agravou seu adoecimento mental, fazendo com que ela passasse a realizar tratamento psiquiátrico, especialmente por conta dos ataques de pânico.

Dandara registrou um boletim de ocorrência (BO), e atendendo à orientação da polícia, fez uma publicação no Instagram alertando sobre o ocorrido para que, caso algo viesse a acontecer com ela, as pessoas já soubessem do que se tratava e que havia um suspeito. Ela afirma que, apesar de não resolver o problema da ameaça em si, essas medidas traziam um certo “lastro de segurança física”, e que o apoio de amigos, colegas e ouvintes foi emocionalmente fundamental.

Entretanto, ressalta: “Virtualmente eu me senti bem desprotegida. A rede social ao mesmo tempo que nos aproxima, pode ser um abismo também. Foi através dela que a gente identificou que um agente público cometeu um crime [...] mas foi nela que recebi um *print* de ameaça que não pôde ser mostrado”.

O funcionário público em questão foi preso em 2023 e solto alguns meses depois sob medidas cautelares e uso de tornozeleira eletrônica. Em março de 2024, a polícia o prendeu novamente por descumprimento das medidas cautelares.

### MARIANA KOTSCHO

Em 17 de dezembro de 2020, Mariana Kotscho publicou em seu portal “Papo de Mãe” a matéria intitulada “‘Não tô nem aí para a Lei Maria da Penha. Ninguém agride ninguém de graça’, diz juiz em audiência”. A reportagem tratava de um caso de violência doméstica em que a mulher atacada foi depois revitimizada, por três horas, pelo juiz Rodrigo de Azevedo Costa, da Vara de Família e Sucessões da Freguesia do Ó, na capital paulista, o qual proferiu mais falas violentas além daquela que dá título à matéria.

O conteúdo teve grande repercussão na Internet e logo Mariana passou a receber xingamentos e ameaças em massa de pessoas ligadas à extrema-direita em suas redes sociais. O canal no YouTube do “Papo de Mãe” recebeu tantas denúncias que foi obrigado a sair do ar, até que Mariana conseguisse recuperá-lo três dias depois.

“Eu fui atacada por uma reportagem que nem era sobre política. Eles [da extrema-direita] têm a missão de destruir a imagem da Maria da Penha e a própria lei que defende as mulheres de violência e feminicídio. Eles são contra qualquer ação em prol dos direitos humanos”, diz Mariana à nossa equipe. Os ataques eram tão intensos e constantes que Mariana chegou a restringir suas contas nas redes sociais por estar cansada de ver comentários como “vai lavar uma louça”, “não sai na rua, se não...”, “vai ser dona de casa”, “você deveria perder a guarda dos seus filhos”.

Ela destaca que, pelo fato de ser mulher, os ataques eram carregados de misoginia. “Sofri ataques porque a intenção era me amedrontar”, diz ela. “Até hoje, quando eu me pronuncio pelos direitos humanos, vem gente me xingar e falar que vai denunciar minha conta do Instagram”.

O juiz agressor, por sua vez, foi punido pelo Órgão Especial do TJ-SP com uma remoção compulsória para Ferraz de Vasconcelos.

**DE 2022 A NOVEMBRO DE 2023, FORAM REGISTRADOS 71 ATAQUES, DOS QUAIS 40,8% SÃO ATAQUES DE GÊNERO. DESTES, A IMENSA MAIORIA: 86,2%, TEM COMO ALVO A REPUTAÇÃO E A MORAL**

## BRASIL

## BASILIA RODRIGUES

Em 14 de março de 2023, a jornalista e analista de política da CNN Basília Rodrigues foi vítima de ataques racistas nas redes sociais. Neste dia, o programa “CNN dois lados”, apresentado por ela, entrevistava o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e tratava da possível cassação de seu mandato em decorrência de suas falas transfóbicas no plenário da Câmara dos Deputados no Dia Internacional da Mulher. Durante a entrevista, Nikolas passou a fazer questionamentos à outra entrevistada, a deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS), mas Basília o interrompeu: “Quem faz as perguntas sou eu”, disse.

Apoiadores do deputado de extrema-direita passaram então a atacá-la com ofensas racistas. A jornalista publicou no X *prints* dos comentários que recebeu. Alguns desmereceram o trabalho dela: “Parabéns Nikolas. E essa repórter??? Presta nem p’ra dar faxina”. Outros proferiram xingamentos e ofensas, entre os quais “negra vadia”.

Além desse episódio, Basília já sofreu uma série de perseguições de motivação racista na própria CNN relacionadas ao volume de seu cabelo nas aparições ao vivo do jornal. A editora do jornal de Jundiá Novo Dia chegou a reclamar que a comentarista estaria “descabelada”, de acordo com funcionários ouvidos pelo veículo jornalístico Alma Preta. Um deles, porém, questionou essa atitude discriminatória: “Se ela fosse loura e de olho azul, você não estaria enchendo o saco dela”.

## ANDREZA MATAIS

Em outubro de 2023, após a publicação da reportagem “Lula atuou em operação para banco emprestar US\$ 1 bilhão à Argentina e barrar avanço de Javier Milei”, de autoria da jornalista Vera Rosa, a então editora-executiva do jornal *O Estado de S. Paulo*, Andreza Matais, tornou-se alvo de ataques virtuais por divulgar a matéria em redes sociais.

Em meio a diversas críticas e ofensas de apoiadores do governo, Andreza trocou mensagens com o jornalista George Marques, então assessor da Secretaria de Comunicação Institucional da Presidência. Marques negou que Lula tenha atuado para interferir na liberação do empréstimo, e associou a matéria a interesses de “setores da grande imprensa”. Em resposta, Andreza escreveu “11.306,90”, em referência à remuneração mensal do assessor.

Pouco depois, sua conta do Gov.br foi invadida. Os invasores mudaram a senha de acesso, exigindo dinheiro para que os dados do imposto de renda de Andreza não fossem divulgados. Não foram divulgadas mais informações acerca do desfecho desse caso.

## MARIE DECLERCQ

Entre 2013 e 2019, Marie Declercq trabalhou na capital paulista como repórter para o portal *Vice*, onde já tratava de assuntos polêmicos como sexualidade e a presença da extrema-direita na Internet. Em 2018, publicou uma matéria sobre a “Operação Bravata”, responsável pela prisão do líder do Dogolachan, um fórum que disseminava discurso de ódio, pornografia infantil, dentre outros conteúdos criminosos. A reportagem viralizou e poucas semanas depois ela recebeu uma ameaça via *e-mail* de um administrador desse fórum que escapou de ser preso na operação policial.

“Era um texto gigante falando como eles iam me estuprar, jogar ácido na minha cara, pagar uma pessoa p’ra dar um tiro na minha cara, que eles iam explodir a *Vice*. Eles colocaram fotos antigas minhas, uma em que estou de biquíni”, relembra Marie em entrevista à nossa equipe. Além disso, seus dados pessoais haviam sido vazados no fórum.

Ela e uma advogada da *Vice*, então, foram a uma delegacia da Polícia Civil, onde tiveram que enfrentar mais constrangimentos na tentativa de abrir um boletim de ocorrência: “Eu expliquei tudo aquilo e ele [o delegado] falou ‘Você sabe quem é?’, e eu falei ‘Não sei quem é’. Depois disso, ele se perdeu

© REPRODUÇÃO



26 31 671 8.090

Carlos Washington Lujan  
@CarlosWLujan

Em resposta a @Basiliarodri

Só não entendo eu não poder dizer que acho feio só feio simples determinadas geneticas ..

## Agressão virtual a Basília Rodrigues

completamente. Tive que levar o *e-mail* impresso com a minha foto de biquíni ali. O cara ficou olhando para minha cara com escárnio”. Apesar do descaso da Polícia, Marie diz ter recebido muito apoio.

Em abril de 2024, ela teve de enfrentar mais hostilidades e constrangimentos após publicar matéria no portal UOL sobre o crescimento do número de criadores de conteúdo masculinista na Internet e como isso se relacionava com a violência digital contra as mulheres. “Eu sabia que eles iam revidar. Só que entenderam que não podem simplesmente mandar as pessoas que seguem virem me xingar”, avalia. “Então eles começaram o jogo sujo deles”. Um canal masculinista do YouTube editou uma fotografia sua fazendo parecer que estava nua e usou a montagem como *thumbnail* de um vídeo em que nem chegou a citá-la.

## Ferramentas de segurança

Para Marie, até alguns anos atrás, estes fóruns de extrema-direita eram onde boa parte de “informações bizarras” e o discurso violento contra minorias se concentravam. Contudo, com o passar do tempo, eles escaparam de cantos mais remotos da Internet em direção à superfície, principalmente depois da primeira eleição de Trump nos EUA (2016). Hoje, declarações de ódio que raramente seriam vistas fora de chans, fóruns e canais mais isolados ganham espaço em grandes redes sociais, como o X.

A jornalista reconhece que a mudança na dinâmica das redes sociais, sobretudo com o processo de plataformação, impulsiona e privilegia o discurso de ódio, “porque a plataforma está tirando dinheiro com isso, obviamente, então ela vai ser a última a querer banir esse discurso que os algoritmos entendem como um discurso que prende a pessoa ali”. Refletindo a realidade de uma sociedade patriarcal e preconceituosa, minorias políticas, como pessoas negras, LGBTQs e principalmente mulheres, são as principais vítimas de ataques virtuais.

“Um jornalista precisa ter um VPN [uma tecnologia que criptografa o tráfego de Internet em redes públicas não seguras para proteger os dados do usuário]. Precisa ter, ou pelo menos saber usar, o Tor para conseguir acessar algumas coisas”. Tor é um *software* de código aberto que proporciona a comunicação anônima e navegação online segura, evitando a censura e protegendo a privacidade. “Tem que saber minimamente o que é usar o *e-mail* criptografado. Tem que ter senha forte, ativar segurança em duas etapas, colocar PIN no seu chip do celular”.

Segundo Marie, a segurança pessoal de uma jornalista não depende apenas dela, mas também do veículo no qual trabalha.

© ARQUIVO PESSOAL



Mulheres estão vulneráveis na Internet, adverte Marie Declercq



Computadores e celulares seguros e de uso exclusivamente profissional, por exemplo, são fundamentais para aumentar a segurança das profissionais. Por outro lado, garantir o sigilo de dados pessoais, como CPF, RG, número de celular etc., é bem mais difícil, pois essas informações podem ser facilmente encontradas na Internet.

Na Europa, não existe a promiscuidade que permite a comercialização de bancos de dados por empresas, e de modo geral os profissionais do jornalismo contam com maior proteção: “Os jornalistas têm um celular de trabalho, têm um computador criptografado, têm muito mais familiaridade com ferramentas que garantam que eles tenham mais privacidade e segurança”.

Frente uma ameaça, a jornalista diz que o primeiro passo é não minimizar a gravidade da situação e buscar ajuda do veículo em que se trabalha e o apoio de colegas, ainda mais na coleta de provas para um eventual processo jurídico. Atualmente, muitos jornalistas independentes no Brasil correm riscos de vida semelhantes aos enfrentados pelo jornalista Don Phillips e pelo indigenista Bruno Pereira, assassinados na Amazônia por contrabandistas de pirarucu. Mas, adverte Marie, a óbvia gravidade de situações desse tipo não torna menos sérias as ameaças digitais, porque “quando você é mulher e jornalista na Internet você está completamente vulnerável”. Assim, é essencial “não menosprezar”.

Além disso, considera essencial contar com o suporte de uma advogada, que, no caso dela, forneceu a assessoria jurídica necessária, ajudando a obter e guardar provas. Mas, pondera, isso não ocorre em todos os veículos do Brasil, e a atuação dos sindicatos de jornalistas é essencial para a criação de uma rede de apoio mútuo.

Ofensiva da extrema-direita

Em 2023, foram registrados 181 casos de violência contra jornalistas no Brasil, segundo o Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, da Fenaj — uma redução de 51,86% em relação aos 376 casos de 2022. Ainda assim, esse número é 34% superior ao contabilizado em 2018, antes da ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Apesar de o número de mulheres jornalistas que sofreram violência ser menor que o de homens — 68 vítimas contra 179 do gênero masculino — isso talvez se justifique pela subnotificação de denúncias, embora as mulheres constituam 64% da nossa categoria profissional no Brasil. Segundo um levantamento da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), as jornalistas sofrem violência dentro e fora das redações. Dentre as entrevistadas, 60% afirmaram ter sofrido violência de gênero por parte de colegas e/ou chefes do sexo masculino.

Além disso, informaram não poder contar com ferramentas nos seus locais de trabalho para lidar com estas situações. Fora das redações, mais de um terço das mulheres consultadas (38%) sofreram agressões ou ameaças online ou nas mídias sociais relacionadas a gênero, em decorrência de seu trabalho jornalístico.

“A recente escalada de casos de violência contra mulheres está relacionada ao crescimento dos movimentos de extrema-direita”. A conclusão é de Daniela Osvald Ramos, professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Daniela lidera o grupo de trabalho de gênero do Observatório da Violência Contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, criado pelo Ministério da Justiça.

Os dados mostram que mulheres que acumulam interseccionalidades são vítimas ainda mais sensíveis a manifestações de violência de gênero. “O corpo feminino interseccional sempre vai ser mais visado. A mulher negra e LGBT, por exemplo, sempre vai ser mais visada”, comenta. Ataques contra jornalistas mulheres têm intenções que vão além da violência pontual. São estratégias políticas ligadas à direita. “Eles atacam jornalistas mulheres, porque é mais fácil viralizar esse ataque”, argumenta a pesquisadora.



O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS TAMBÉM PODE SER ACESSADO POR JORNALISTAS QUE ESTEJAM SOB AMEAÇA

Mecanismos de proteção

Apesar da falta de ferramentas judiciais específicas, no Brasil os jornalistas têm acesso a diversos mecanismos legais para sua defesa e proteção em relação ao exercício de sua profissão. A Constituição Federal de 1988 é o principal marco legal e garante a liberdade de expressão e de imprensa, o que assegura o direito de todos, inclusive jornalistas, de se expressarem livremente sem censura ou represálias.

Além disso, existem leis específicas que protegem jornalistas, como a Lei 9.296/1996, que proíbe escutas telefônicas e interceptações ilegais. Em tese, também são assegurados direitos e garantias aos jornalistas por meio do acesso à justiça, o que permite que recorram ao Poder Judiciário em casos de ameaças, agressões ou assédio.

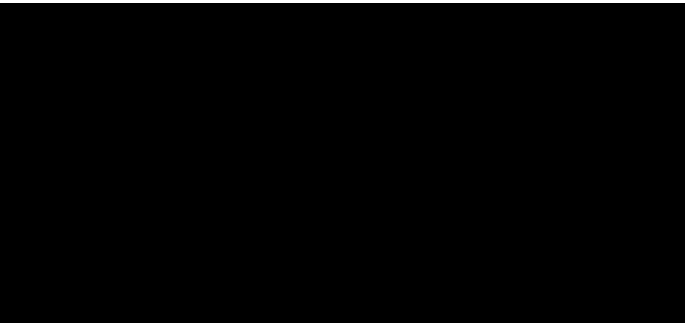
O Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, também pode ser acessado por jornalistas que enfrentam ameaças em razão de seu trabalho. Além disso, as leis que tratam de crimes cibernéticos, como o Marco Civil da Internet (lei 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), auxiliam na proteção de jornalistas de ameaças e perseguições online.

A lei federal 13.642/2019 é um grande marco na proteção de mulheres na Internet, pois prevê que “quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”, sejam investigados pela Polícia Federal. Recebeu o nome de “Lei Lola Aronovich”, em homenagem a essa professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) que sofreu ataques virtuais desde 2008, quando inaugurou seu blogue Escreva Lola Escreva. As ameaças de morte a Lola partiam de diversos fóruns como, por exemplo, o Dogolachan, também mencionado por Marie Declercq. Em 2019, Lola foi finalista do Prêmio Liberdade de Imprensa da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF).

Os sindicatos de jornalistas e a Fenaj desempenham um papel crucial na defesa dos profissionais de imprensa contra ameaças de violência. Como representantes dessa categoria profissional, seu objetivo é proteger os direitos dos jornalistas, mulheres e homens, e buscar garantir um ambiente seguro para o exercício do jornalismo. Os sindicatos prestam assistência jurídica e política a jornalistas que enfrentam ameaças e pressões, ou que chegam a sofrer agressões físicas, atentados e perseguições.

Também negociam melhores condições de trabalho e segurança para os profissionais de imprensa, buscando incluir medidas de proteção em acordos coletivos e monitorar casos de ameaças e agressões contra jornalistas, documentando e dando visibilidade a essas ocorrências. Formam grupos de pressão para exigir das autoridades a investigação e punição dos responsáveis pelos atos de violência.

A pesquisadora Daniela Osvald Ramos enfatiza que é preciso criar uma rede de apoio: “É uma luta coordenada. Precisamos acreditar que é possível o bem vencer o mal, se não a gente vai ser paralisado pelo medo. E é isso que eles querem”.



## COJIRA

# AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AÇÕES DE REPARAÇÃO E O PACTO PELA IGUALDADE RACIAL

por Luciano Medina

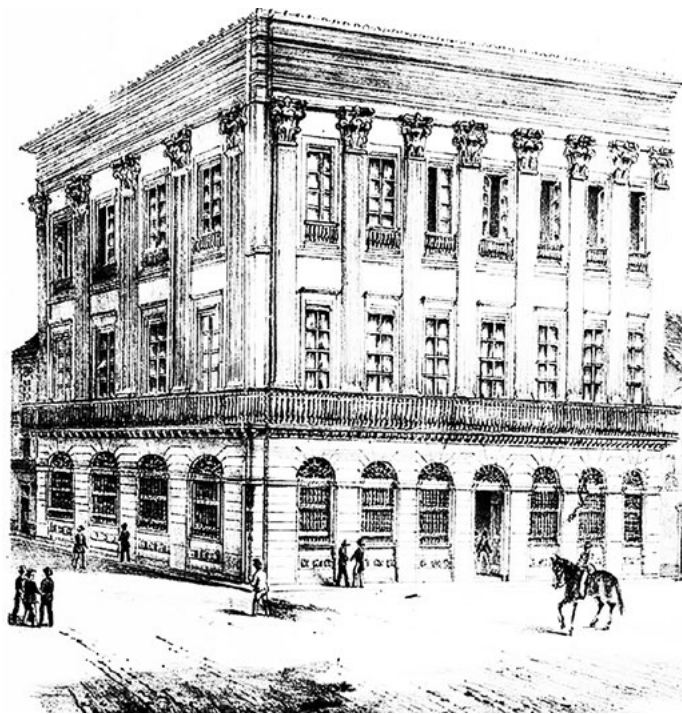
O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, promoveu uma audiência pública no dia 22 de outubro de 2024 para prosseguir com as discussões e ações em reparação pela participação histórica do Banco do Brasil na escravização de pessoas negras no país. A audiência, bem como o inquérito civil público nº 4.372, de 2023, foi presidida pelo procurador da República no Rio de Janeiro Júlio José Araújo Junior, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão.

O encontro foi realizado na perspectiva de encaminhar propostas e posições efetivas para o conjunto dos movimentos representativos presentes na audiência e para toda a sociedade brasileira. No entanto, o Banco do Brasil e as pastas governamentais não apresentaram formalmente uma posição capaz de responder às provocações contidas no inquérito civil público.

## Histórico

Com o objeto “Tráfico de pessoas negras escravizadas e o Banco do Brasil: direito à reparação”, o inquérito foi aberto após notícia de fato subscrita por historiadores de diversas universidades, que apontaram a participação do Banco do Brasil no tráfico transatlântico e a necessidade de apuração e debate sobre a responsabilidade de instituições no Brasil envolvidas com a escravização de pessoas no século 19. O procurador Júlio Araújo destacou o pedido público de desculpas formulado pelo Banco do Brasil, em 18 de novembro de 2023. A instituição demonstrou disposição em construir um plano de ação que apontava compromissos como “potencializar, acelerar e ampliar iniciativas de políticas públicas para a produção e resultados concretos em prol da Igualdade Racial”. Em dezembro de 2023, o MPF realizou

**O BANCO DO BRASIL NÃO APRESENTOU UM PLANO DE AÇÃO CONCRETO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA, O QUE GEROU FRUSTRAÇÃO NOS PROCURADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS, QUE ESPERAVAM MEDIDAS EFETIVAS DE REPARAÇÃO**



Edifício que entre 1854 e 1926 abrigou a sede do Banco do Brasil, na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro (Pieter Gotfred Bertichen - Brasiliana Iconográfica)

uma consulta pública no âmbito do inquérito civil para acolher propostas de reparação junto à sociedade civil. Cerca de 40 representações apresentaram mais de 500 propostas.

## Audiência com BB e ministérios

Os representantes do banco João Alves e Nívea Mota anunciaram que a apresentação do plano de ação do banco aconteceria no dia 4 de dezembro. Ao longo da exposição, Alves falou sobre a inviabilidade de muitas das propostas apresentadas, e que algumas seriam “irreais”. “Para uma ação de reparação efetiva se faz necessário o envolvimento e mobilização do Congresso Nacional”, concluiu o representante do Banco do Brasil.

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) se limitou a divulgar diversas ações da pasta, em paralelo ao objeto do inquérito, e se pôs em condição de escuta da sociedade civil presente com objetivo de coletar informações. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) demonstrou posição semelhante e se restringiu a difundir iniciativas outras que não aqueles objetos do inquérito. A falta de posicionamento efetivo das pastas gerou frustração e críticas dos procuradores, que esperavam uma atitude mais concreta, dado o acúmulo de mais de um ano de tramitação do inquérito e o contato de todas as partes com o conteúdo. Decepcionado com a posição do Banco do Brasil e das pastas governamentais em razão do longo período de discussões existentes na ação de reparação, para Jaime, o pedido de desculpas não basta. “O simbolismo é importante, mas insuficiente”, disse.

## Desdobramentos

A audiência em 22 de outubro de 2024 estabeleceu 4 de dezembro de 2024 para

anúncio e apresentação do documento contendo o plano de ação com cronograma e previsão orçamentária para a reparação, segundo critérios internos de apuração e sistematização das informações. Para Julio Araújo, todos tiveram um ano para a construção e acúmulos de posição e informação que pudessem materializar em ações concretas.

Passado o período, o Banco do Brasil não respondeu ao compromisso firmado na audiência pública. A ação da instituição se restringiu a uma participação de coadjuvante no programa do governo federal Pacto pela Igualdade Racial, liderado pelo MIR, em conjunto com o MDHC. O protagonismo através de ações de reparação efetivas que se esperava do banco, e que ainda se espera via inquérito civil, frustrou a sociedade civil e o próprio MPF. O descumprimento do prazo pela instituição financeira, além da falta de informação e de diálogo, mobilizaram a sociedade civil através das redes sociais, que encaminhou uma carta à instituição. Escrita pelo Movimento Negro Unificado, e subscrita por diversos movimentos, a carta reconhece as intenções do Pacto pela Igualdade Racial, mas julga as medidas insuficientes como instrumento para reparação.

Em resposta, o Banco do Brasil emitiu um ofício em que subscrevem seus advogados, argumentando o posicionamento frente às propostas e ao cumprimento do prazo que era uma promessa para o dia 4 de dezembro. De acordo com o BB, o Pacto pela Igualdade Racial inclui medidas que a entidade entende como parte do compromisso de reparação dentro do combate ao racismo.

O MPF recebeu a resposta do Banco do Brasil à carta enviada pelo movimento social e anexou ao inquérito. Os procuradores devem manifestar posição e tomar as medidas legais a partir de todo o conjunto probatório do inquérito. ●



## ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES

# DESIGUALDADE SALARIAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO MARCAM ATUAÇÃO DAS JORNALISTAS

por Comissão de Mulheres da Fenaj

A realidade das trabalhadoras da imprensa na América Latina e no Caribe ainda é marcada por desigualdade salarial, acúmulo de funções e violência de gênero. Esses são alguns dos principais desafios apontados por uma pesquisa realizada pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2023, que ouviu profissionais do setor para entender a situação das mulheres no jornalismo na região.

Os dados revelam que muitas mulheres jornalistas acumulam mais de um emprego na mídia para complementar a renda, enquanto outras precisam buscar trabalho fora do setor para garantir sua subsistência. Além disso, uma questão recorrente é a disparidade salarial: muitas profissionais relataram ter colegas homens que ganham mais pelo mesmo trabalho, evidenciando uma desigualdade de gênero ainda presente no setor.

No Brasil, 62% das jornalistas afirmaram que precisam de mais de um emprego para garantir a renda necessária. Além disso, 48% relataram que possuem colegas homens que recebem salários superiores, mesmo exercendo funções equivalentes.

## Violência de gênero no ambiente de trabalho

Outro dado alarmante da pesquisa é a violência de gênero sofrida por essas profissionais. Muitas mulheres afirmaram já ter sido vítimas de assédio ou discriminação por parte de chefes e colegas do sexo masculino. Além disso, muitas relataram que tiveram seu trabalho questionado de maneira diferente em relação aos homens, o que reforça a

cultura de desvalorização do trabalho feminino no jornalismo.

No Brasil, 65% das jornalistas entrevistadas afirmaram ter sofrido violência de gênero no ambiente de trabalho, seja por meio de assédio moral ou sexual. Além disso, 53% sentiram que seu trabalho foi questionado de maneira diferente da dos colegas homens.

A violência também se manifesta no ambiente digital. Um número significativo de jornalistas afirmou ter sofrido ataques ou ameaças on-line relacionados ao gênero, muitas vezes como retaliação por sua atuação profissional. Essa realidade gera um ambiente hostil e pode levar ao afastamento de muitas mulheres da profissão.

Ao menos 47% das profissionais brasileiras relataram já ter sofrido ataques ou ameaças virtuais em razão do seu gênero e atuação jornalística.

**NO BRASIL, 62% DAS JORNALISTAS AFIRMARAM PRECISAR DE MAIS DE UM EMPREGO PARA GARANTIR A RENDA NECESSÁRIA. ALÉM DISSO, 48% RELATARAM QUE POSSUEM COLEGAS HOMENS COM SALÁRIOS SUPERIORES**



© JULIANA ALMEIDA

Auditório Vladimir Herzog no 1º Encontro Nacional de Mulheres Jornalistas, promovido pela FENAJ em novembro de 2024

## Falta de protocolos e apoio institucional

A pesquisa também mostrou que, em muitas redações, não há protocolos estabelecidos para lidar com casos de violência ou discriminação de gênero. Isso demonstra a necessidade urgente de medidas institucionais para garantir ambientes mais seguros e igualitários para as jornalistas.

Apenas 22% das jornalistas brasileiras afirmaram que seus locais de trabalho possuem protocolos ou políticas específicas para lidar com violência e discriminação de gênero.

## Caminho para a igualdade

Apesar dos desafios, muitas mulheres reconhecem a importância da participação em sindicatos, associações e organizações profissionais para fortalecer a luta por direitos e igualdade de gênero. Grande parte das entrevistadas acredita que é essencial que mais mulheres ocupem espaços de tomada de decisão nessas entidades, garantindo que suas pautas sejam representadas e atendidas.

No Brasil, 78% das jornalistas acreditam que é fundamental aumentar a participação feminina nos espaços de decisão de sindicatos e associações profissionais.

Para a presidenta da Fenaj, Samira de Castro, os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de políticas e ações concretas para combater a desigualdade de gênero no jornalismo. “A implementação de protocolos contra assédio e discriminação, a equiparação salarial entre homens e mulheres e o incentivo à presença feminina em cargos de liderança são algumas das medidas fundamentais para transformar a realidade das trabalhadoras da imprensa na América Latina e no Caribe”, disse.

## Fenaj lança campanha pela igualdade de gênero na mídia no Dia Internacional da Mulher

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) une-se à Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) na campanha global pela promoção da igualdade de gênero na mídia, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. A iniciativa reforça o compromisso com a equidade e o empoderamento feminino, destacando o tema deste ano: “Meios iguais para um futuro igual!”.

“A campanha de 2025 marca o 30º aniversário da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação, um documento histórico adotado na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995. A Declaração reafirma o compromisso global com o empoderamento das mulheres, estabelecendo objetivos estratégicos em 12 áreas críticas, incluindo a mídia”, explica Samira de Castro.

Entre os principais objetivos da Declaração de Pequim estão aumentar a participação e o acesso das mulheres à expressão e à tomada de decisões na mídia, e combater os estereótipos de gênero nas reportagens.

A campanha é promovida no contexto da 69ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher (CSW), que será realizada de 10 a 21 de março de 2025, em Nova Iorque. Durante o evento, os documentos de Pequim serão revisados.

Para Samira de Castro, essa revisão torna fundamental a mobilização dos sindicatos de jornalistas para dar visibilidade aos desafios que impedem a implementação da Plataforma de Ação, promover a igualdade de gênero na mídia e o empoderamento das mulheres e influenciar a agenda global para os próximos cinco anos.



## FOTOJORNALISMO



# RAHEL PATRASSO (1985-2025)

por Juliana Almeida

Acima, incêndio florestal na região de Ribeirão Preto, em agosto de 24. Abaixo, bastidores do desfile de Lino Villaventura, no SP Fashion Week, em abril de 24.

“Calma, reservada, discreta, sensata e extremamente comprometida com seu trabalho, sempre pronta para o que fosse preciso.” É assim que o fotógrafo e amigo Paulo Lopes descreve Rahel Patrasso, que se destacou tanto no mundo da fotografia quanto na forma como lidou com a vida.

Formada em Psicologia pela PUC-SP, Rahel apaixonou-se pela fotografia durante sua dissertação de mestrado “*Além do Visível: A Fotografia e a Óptica da Psicanálise*”.

Rahel sempre foi discreta, reservada e extremamente comprometida com seu trabalho. “Em tantas coberturas que dividimos, sempre foi um prazer estar ao seu lado, ajudando um ao outro, com muito profissionalismo e respeito. Era uma colega que, mesmo nas horas mais difíceis, não hesitava em dar o seu melhor”, comenta Paulo.

Sua luta contra o câncer de mama foi marcada pela coragem. Mesmo diante de um desafio tão grande, Rahel nunca parou de trabalhar. Seu pai contou que, no dia de sua partida, ela estava no hospital com o computador nas mãos, preocupada em enviar um documento para a agência. A dedicação ao trabalho foi, sem dúvida, uma das forças que a manteve firme até o final.

Rahel fotografou para grandes agências de notícias nacionais e internacionais, como Futura Press, Frame Photo, Reuters e Xinhua. Participou da Mostra Anual de Fotojornalismo Arfoc-SP nos anos 2010, 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Rahel Patrasso sempre será lembrada por ser uma profissional incansável que, acima de tudo, amava o que fazia.





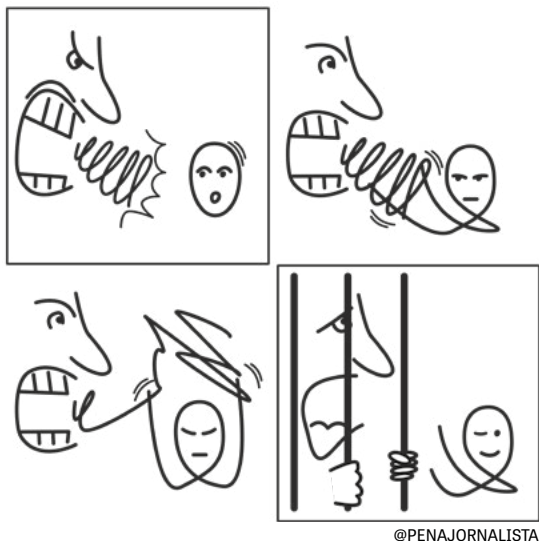


Acima, velório de Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, no estádio da Vila Belmiro, em janeiro de 23. À direita, show do cantor Ney Matogrosso durante o festival de música realizado no Autódromo de Interlagos em setembro de 23. Abaixo, partida de futebol durante os Jogos Indígenas em Peruíbe, litoral sul de São Paulo, em julho de 24.





## SINDICAL



@PENAJORNALISTA

SINDICATO LANÇA  
CANAL DE DENÚNCIA

Seguro e sigiloso, novo canal faz parte das ações do Sindicato no combate ao assédio no ambiente de trabalho

Desde o dia 9 de dezembro entrou em operação o canal de denúncias do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP) para denúncia de violência e assédio no ambiente de trabalho. A iniciativa busca oferecer um espaço seguro para que profissionais possam relatar situações abusivas sem medo de retaliação.

Cada vez mais, vemos colegas sofrendo com problemas de saúde física e psíquica resultantes das condições laborais. Doenças cardíacas, transtornos neurológicos, Burnout, depressão, síndrome do pânico e até suicídio passaram a fazer parte da realidade da categoria. Além disso, preconceitos estruturais de gênero, raça e orientação sexual frequentemente se manifestam nos espaços de trabalho, ampliando o cenário de insegurança e vulnerabilidade.

Com o aumento da precarização do campo jornalístico, impulsionado pela redução de postos de trabalho e pelo avanço das plataformas digitais, as condições laborais se tornaram ainda mais difíceis. A Reforma Trabalhista aprofundou esse cenário, permitindo que empresas utilizem o assédio e a violência como ferramentas de gestão para maximizar lucros à custa dos trabalhadores e trabalhadoras. A exposição, o isolamento, o adoecimento também geram a desocupação e o desemprego decorrente dos diversos tipos de assédio.

Portanto, se você sofre qualquer tipo de violência, como racismo, homofobia, transfobia, xenofobia, assédio moral e sexual no exercício profissional, seja de forma física, verbal ou virtual, saiba que problema não é só seu, mas de toda a nossa categoria!

O canal de denúncia é a primeira de uma série de iniciativas do Sindicato dos Jornalistas de combate ao assédio no ambiente de trabalho programadas para 2025.

Denúncia segura e sigilo  
absoluto

Para enfrentar essa realidade, o Sindicato dos Jornalistas lança um canal de denúncias seguro e confidencial, garantindo que trabalhadores e trabalhadoras possam relatar casos de assédio sem exposição ou riscos. O processo é simples e acessível:

## Como denunciar?

- ➡ Acesse o site **[sjsp.org.br](http://sjsp.org.br)** e clique no botão **CANAL DE DENÚNCIA**;
- ➡ Registre o relato de maneira sigilosa e segura;
- ➡ Caso a denúncia se enquadre como assédio no ambiente de trabalho, a vítima será contatada em até 48 horas para acolhimento e encaminhamento das providências cabíveis.

Essa ferramenta faz parte de um conjunto de medidas que o Sindicato está preparando para combater o assédio e a violência de forma contínua e eficaz. Outras ações serão anunciadas nos próximos meses. 2025 promete ser um ano de luta e conquistas!

**Denuncie!** Sua voz é fundamental para transformar o ambiente de trabalho! ●

## AJUDE A DIVULGAR.

**Compartilhe muito, especialmente jornalistas que vivem esse problema!**

➡ Acesse agora o **formulário**

## MEMÓRIA

© EDUARDO VINÉ BOLDT



Candida no 16º Congresso Estadual dos Jornalistas. A diretora ingressou no SJSP em 2009, e seguiu na luta pelo direitos dos jornalistas até o fim de sua vida.

ATO HOMENAGEIA A TRAJETÓRIA  
DE LUTA DE CÂNDIDA VIEIRA

por Eduardo Viné Boldt

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) realizou um ato em memória da companheira e dirigente sindical Cândida Vieira. A companheira faleceu no dia 18 de janeiro em sua residência, vítima de uma embolia. O histórico auditório Vladimir Herzog, espaço de resistência e luta da categoria, recebeu no dia 13 de fevereiro familiares, amigos, autoridades e entidades parceiras que vieram prestar as últimas homenagens à saudosa jornalista.

## Cerimônia

O ato foi conduzido pelo companheiro José Eduardo de Souza, Secretário Geral do SJSP, que abriu os trabalhos e lembrou com carinho da atuação firme e generosa da companheira. Cândida ingressou como diretora do SJSP em 2009, e em 2012 ocupou cargo na diretoria executiva da entidade, primeiro como secretária de Administração e Finanças e depois como secretária Geral, posição que corresponde à vice-presidência da entidade. No atual mandato (2024-27), ocupava uma posição na Diretoria de Ação Sindical.

O primeiro a tomar a palavra foi seu filho, Pablo Vieira Pereira. Emocionado, ele lembrou da atuação de sua mãe e de como ela dividia sua vida entre a responsabilidade de criar os dois filhos (Renoir e Pablo) e a militância política e sindical. Ele comentou que desde muito jovem acompanhou Cândida em assembleias e reuniões do Partido dos Trabalhadores, e falou com orgulho da atuação militante da mãe. “Uma das histórias clássicas de minha mãe foi que ela foi detida pintando o muro durante uma das eleições do Maluf. Para mim foi uma formação. Ela ensinou a gente em casa a ter empatia e respeito pelos outros, e a entender que todo mundo é trabalhador”, lembrou.

Outro companheiro que tomou a palavra foi Joca Duarte. O repórter fotográfico lembrou de momentos em que atuaram juntos ao longo de suas carreiras.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Paulo Zocchi, pôde falar do compromisso da companheira em se dedicar à luta sindical e à defesa dos trabalhadores jornalistas, e ao firme posicionamento da companheira frente aos desafios políticos do país. “A luta do sindicato é uma luta pela organização dos trabalhadores para defender as suas condições de vida, defender os seus direitos, defender suas convenções e acordos”, ressaltou. “A Cândida era uma companheira valorosa na discussão política que a gente levava até a categoria, pois nosso sindicato sempre se posicionou frente à situação política do país”, destacou.

O deputado Paulo Batista Reis também ressaltou a relevância do trabalho de Cândida em seu gabinete. Por mais de dez anos ela foi assessora do deputado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e se dedicou ao mandato ao mesmo tempo em que desempenhava atividade sindical. Reis ressaltou sua lealdade e eficiência nas demandas da atividade parlamentar, e expôs o vazio de sua ausência. “A impressão que eu tenho é que ela ainda está do nosso lado, porque eu não consegui substituir a Cândida”, disse.

## Homenagem

Como reconhecimento ao trabalho exercido pela companheira Cândida no SJSP, a diretoria da entidade resolveu homenageá-la dando seu nome à sala de reuniões. A placa foi descerrada em solenidade com os presentes no ato. Dentro da sala de reuniões, uma foto de Cândida com sua biografia também foi instalada, com o objetivo de eternizar a atuação da jornalista na memória do Sindicato. ●



RESENHA

Mata Doce mostra um Brasil amoroso e violento

por João Marques

“Comecei esta história em terceira pessoa pensando que os casos ganhariam mais valia. Aos poucos vou me perdendo nesse narrar vidas fora de mim, mas que não deixam de ser eu mesma.” Quem conta a história é Maria Teresa, aos 92 anos de idade, personagem narradora de *Mata Doce* (Alfaguara, 304 págs.), romance de estreia de Luciany Aparecida, que recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura e foi indicado ao Prêmio Jabuti na categoria romance literário. Teresa foi uma órfã adotada por duas mulheres, numa comunidade rural, que após grande trauma, tornou-se datilógrafa e matadora de boi. “Quando comecei a criar essa história pensei que a contaria apenas com uma voz narrativa clássica, em terceira pessoa, onisciente, mas a personagem quis falar, pôs a mão na máquina e esse livro ficou sendo as memórias dela.”, revelou a autora numa entrevista para o jornal *Estado de Minas*. Adotada pela professora Mariinha e pela travesti Tuninha, Maria Teresa vivia com suas mães no casarão mais antigo da região, com um grande roseiral e cheio de histórias ancestrais contadas de forma não linear. A primeira a ocupar esse casarão foi Eustáquia da Vazante, a avó de Mariinha. Mata Doce, lugar de mulheres valentes e obstinadas, era uma comunidade quilombola. Maria Teresa cultivava rosas brancas e esta-

va de casamento marcado com Zezito. Mas na véspera da cerimônia, quando experimentava o vestido, seu noivo foi assassinado pelo coronel Amâncio, por disputa de terra. Traumatizada, ela foi trabalhar no matadouro e virou a Filinha Mata-Boi. Segunda geração de mulheres alfabetizadas, Maria Teresa também escrevia cartas ditadas pelas pessoas analfabetas da comunidade. Somadas à narrativa em primeira e terceira pessoas, essas cartas ajudam a ampliar as vozes e dão um caráter confessional à trama. Luciany Aparecida nasceu no Vale do Rio Jiquiriçá, na Bahia, em 1982. É doutora em Letras, com pesquisas nas áreas de nação, imigração, memória e identidades. É autora do livro de poemas *Macala* e da peça *Joanna Mina*. *Mata Doce* é o seu primeiro romance, antes dele, usava pseudônimos para escrever. Como Ruth Ducaso, publicou *Contos Ordinários de Melancolia* e a novela *Florim*. Luciany começou a escrever ainda adolescente, fazia livros de artista, um único volume, e não mostrava a ninguém – tinha muita vergonha. Em 2011, pesquisando para escrever outro livro, foi a um presídio conhecer a oficina de escrita de Denise Carrascosa, professora da Universidade Federal da Bahia. Lá encontrou um grupo de 15 mulheres, quase todas negras. Naquele dia, havia muita comemoração em todo o presídio, pois algumas presas seriam libertadas. Ela aproveitou o barulho e revelou o seu segredo: “Eu sou escritora”. Foi a primeira vez. “Eu era uma escritora presa, por não entender que podia, numa cena pública, dizer assim: eu escrevo, eu sou escritora.”

“Sigo batendo essas recordações na máquina e vou me apenando de quem as possa ler. Chego a pensar em inventar outro desfecho para a minha história, para que pudesse melhor distrair a leitura de quem um dia pegar estes papéis.”

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

A Marvada Carne

André Klotzel (Brasil, 1985)  
Com Fernanda Torres, Adilson Barros, Dionisio Azevedo e Regina Casé. A história de uma garota do interior que tem o sonho de se casar. Filme também faz 40 anos, e recebeu diversos prêmios no Festival de Gramado, incluindo Melhor Filme, Direção e também Atriz, para Fernanda Torres. [YouTube](#)

A Garota da Agulha

Magnus von Horn (Dinamarca, 2024)  
Parábola gótica inspirada em eventos reais, indicada ao Oscar. Logo após a Primeira Guerra, jovem operária perde emprego e se envolve com diretora de agência de adoção clandestina. [Mubi](#)

Sem Chão

Yuval Abraham, Basel Adra, Hamdan Ballal (Palestina, Noruega, 2024)  
Documentário vencedor do Oscar deste ano. Durante meia década, um ativista palestino filma sua comunidade sendo destruída pela ocupação de Israel, e ainda constrói uma improvável aliança com um jornalista israelense. [Filmelir+](#)

Bye Bye Brasil

Cacá Diegues (Brasil, 1979)  
Obra-prima de Cacá Diegues, com Betty Faria e José Wilker. Três artistas com a Caravana Rolidei atravessam o Brasil fazendo espetáculos para população que ainda não tem acesso à televisão. [Pluto TV \(grátis\)](#)

DICAS DE LEITURA

Sempre Repórter

Lillian Ross - Carambaia, 432 págs.  
Seleção dos melhores textos da lendária repórter que trabalhou por quase seis décadas na *New Yorker*, foi precursora do jornalismo literário e inovou a forma de contar histórias e fazer reportagens.

A Vingança das Bibliotecas

Tom Gauld - Todavia, 96 págs.  
Em coleção de tiras publicadas no *The Guardian*, cartunista trata com ironia e humor o mundo da literatura e fala das manias e esquisitices de leitores, escritores, editores, críticos, livreiros e bibliotecários.

Na Ponta da Língua - O Nosso Português da Cabeça aos Pés

Caetano W. Galindo - Companhia das Letras, 272 págs.  
Em novo livro, autor de *Latim em Pó* apresenta os complexos mecanismos que regem as mudanças da língua, mostra os processos de formação das palavras e ensina a investigar o nosso português.

A Natureza da Mordida

Carla Madeira - Record, 240 págs.  
Com alternância de vozes narrativas, romance trata de perdas e abandono e mostra a relação entre uma jornalista e uma psicanalista. Assim como o *Tudo é Rio*, esse também já havia sido lançado por editora independente.

A Serviço da Repressão: Grupo Folha e Violações de Direitos na Ditadura

Vários Autores - Mórula, 244 págs.  
Fruto de rigorosa pesquisa baseada em fontes documentais e depoimentos, obra denuncia a participação de empresas do Grupo Folha no golpe e na ditadura militar.



A atriz Fernanda Torres em cena do filme “A Marvada Carne” (1985).

O Beijo da Mulher Aranha

Hector Babenco (Brasil, EUA, 1985)  
Baseado em livro de Manuel Puig, filme faz 40 anos e conta a história do relacionamento de dois prisioneiros: Valentin Arregui, interpretado por Raul Julia, e Luis Molina, cuja interpretação rendeu um Oscar a William Hurt. [Globoplay](#)

BOLETIM

Falência da Editora Três

Em fevereiro, a Justiça do Estado de São Paulo decretou a falência da Editora Três, responsável pela publicação de revistas como a *IstoÉ* e a *IstoÉ Dinheiro*. <https://tinyurl.com/FalenciaEditoraTres>

Discussão sobre a pejetização

O SJSP e a Fenaj se manifestaram contra a pejetização, por meio de um Amicus Curiae, ao Tribunal Superior do Trabalho. <https://tinyurl.com/4557e9yv>

Justiça para Vladimir Herzog!

O governo brasileiro reconheceu o jornalista Vladimir Herzog como anistiado político, quase 50 anos após o seu assassinato por agentes do Estado durante a Ditadura Militar (1964-1985). <https://tinyurl.com/ytsrndkr>

Preparação para negociações

O SJSP realizou uma reunião com o Dieese para discutir a conjuntura econômica do país, levantar informações e dados para subsidiar o Sindicato nas mesas de negociação das próximas campanhas salariais da categoria. <https://tinyurl.com/2nnyyj8f>

Campanha Salarial Nacional Unificada 2024

Jornalistas de todo o Brasil se mobilizaram para construir a primeira Campanha Salarial Nacional Unificada dos Jornalistas durante o ano de 2024. E os resultados dessa luta já demonstram importantes avanços para a categoria. <https://tinyurl.com/2hfthkxd>

Vale tudo no jornalismo?

Evento promovido pelo SJSP discutiu questões éticas no jornalismo a partir de dois casos recentes no jornalismo: o desligamento de Rodrigo Boccardi da TV Globo e a “press trip” que levou a Israel, um grupo de jornalistas do Grupo Globo e do Grupo Estadão <https://tinyurl.com/f43h87ja>

Começa a Campanha Salarial no interior

Jornalistas de diversas redações do interior e litoral do Estado de São Paulo aprovaram a pauta de reivindicações da campanha salarial de jornais e revistas em assembleia <https://tinyurl.com/4mhftnf5>



TRAÇO LIVRE | por Marcos Madalena



MARCOS MADALENA

é artista gráfico, cineasta e cineclubista. Atuou como chargista, ilustrador, grafiteiro e estampista. Foi um dos fundadores do Cineclube Oscarito (1985-1992), atuando como diretor de arte e membro da comissão de programação e projetos especiais. No cinema desempenhou diversas funções como diretor de produção, assistente de direção e storyboard em longas, curtas, videoclipes, institucionais e filmes publicitários. Trabalhou com os cineastas Carlos Reichenbach, Fernando Pino Solanas, Guilherme de Almeida Prado, Eliane Caffé, Sérgio Bianchi, Walter Salles e Fernando Meirelles. É membro do Cineclube Vladimir Herzog, sendo um dos responsáveis pela programação, identidade visual e material de divulgação coletivo. ●